



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI – UFCA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO - PRPI
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL – PRODER

SABERES EMANCIPATÓRIOS DO MOVIMENTO NEGRO NO CARIRI
CEARENSE: A ATUAÇÃO DO GRUNEC A PARTIR DOS OBJETIVOS DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CRISTINA LOPES DA SILVA

CRATO - CE

2024

CRISTINA LOPES DA SILVA

**SABERES EMANCIPATÓRIOS DO MOVIMENTO NEGRO NO CARIRI
CEARENSE: A ATUAÇÃO DO GRUNEC A PARTIR DOS OBJETIVOS DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável. Área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

Orientadora: Profa. Francisca Laudeci Martins Souza.

CRATO - CE

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

S586s Silva, Cristina Lopes da.

Saberes emancipatórios do movimento negro no Cariri Cearense: atuação do GRUNEC a partir dos objetivos do desenvolvimento sustentável / Cristina Lopes da Silva. - 2024.

113 f. il. color.; 30 cm.

(Inclui bibliografia, p. 108 -113).

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Cariri, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, Crato, 2024.

Orientadora: Profa. [Dra. Francisca Laudeci Martins Souza](#).

1. Movimento Negro. 2. Saberes emancipatórios. 3. Desenvolvimento Sustentável. I. Souza, Francisca Laudeci Martins - orientadora. II. Título.

CDD 305

Bibliotecária: Maria Eliziana Pereira de Sousa – CRB 15/564

CRISTINA LOPES DA SILVA

**SABERES EMANCIPATÓRIOS DO MOVIMENTO NEGRO NO CARIRI
CEARENSE: A ATUAÇÃO DO GRUNEC A PARTIR DOS OBJETIVOS DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável. Área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável. Linha de Pesquisa: Sociedade, Estado e Desenvolvimento Regional Sustentável.

Aprovada em 14 de junho de 2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **FRANCISCA LAUDECI MARTINS SOUZA**
Data: 01/07/2024 13:00:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Francisca Laudeci Martins Souza (Orientadora)
Universidade Federal do Cariri - UFCA

Documento assinado digitalmente
 **MARCELO MARTINS DE MOURA FE**
Data: 01/07/2024 15:45:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcelo Martins de Moura Fé (Membro Interno)
Universidade Federal do Cariri – UFCA

Documento assinado digitalmente
 **CICERA NUNES**
Data: 02/07/2024 16:24:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Cícera Nunes
Universidade Regional do Cariri - URCA

Documento assinado digitalmente
 **ZULEIDE FERNANDES DE QUEIROZ**
Data: 06/07/2024 18:00:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz
Universidade Regional do Cariri - URCA

À ancestralidade por me fazer continuidade de passos que vêm de longe.

AGRADECIMENTOS

Começo pelo começo, por onde tudo principia: a ancestralidade. Àquelas e aqueles que vieram antes de mim e possibilitaram que eu aqui esteja. Aos que conheço, aos que desconheço. Sejam meus ancestrais diretos ou as pessoas que abriam caminhos para que mulheres negras como eu ocupem os espaços que ocupo, agradeço. A minha bisa Georgina da Conceição, meus avós Camerino e Maria José Lopes, Jorge e Valcirene Gomes, Vernese e Samuel O’Neal (*in memoriam*). A meu pai, Jorge Gomes da Silva Filho (*in memoriam*), por me mostrar que era possível chegar até aqui.

Agradeço a minha mãe, Celia Lopes, sem a qual nada disso seria possível. Te amo, mãe. Obrigada por todo apoio e torcida. A torcida, ainda bem, é grande: *my mooom* Adrienne O’Neal and Q, *many thanks for all your love, support and inspiration*. Tio Paulo Cesar, minhas primas Ena, Paula e Bia. Fê, minha irmã querida (e nossa linda Bê, inspiração para lutar por dias mais bonitos), meu amigo filho Alain Kaly, minha cumadre Jana Oliveira. Meu amigo irmão João Vicente, meu compadre Rafael Cesar, Rogerinho Família, Beta Eugenio - turma boa do samba e do melhor grupo de estudos que já existiu. Regina Domingues, Marcelo e Verônica <3. Às amigas irmãs Mari, Bel, Amália, Si, Babs, Carol, Erika e Bel Siqueira, gatas extraordinárias que eu amo e tornam esse mundo melhor com a presença de vocês. Rejane, Tricia e toda a turma do Kids, Jana, Ana Maria, Amanda, Yannice, Raissa Medeiros e demais mães do Kids, assim como Raquel Maia, Raquel Ribeiro, Pri, Amanda, Gabi, Ingrid Borba, Flavia, Kelly e Luciana - queridíssimas mães da Nana Naninha, afetos que o Omar indiretamente me trouxe e são fonte de risadas e apoio que em muito colaboram com a saúde mental da mãe que também é mestranda. Obrigada, mulheres incríveis. A jornada é bem melhor com vocês! Emile Costa, Luamorena Leoni, Sâmia, Regy, Jaque, Su, Mona, Murilo, Ju (Tuca), Sarinha, Dios, Manu, Luiza Cavalcante, Iyaleta, Reje, Lili, Sel, Rosana, Sil, Murilo, Grazi, meus sogros Sonia e Sergio Florencio - sempre interessados em saber como ia a dissertação. À toda família da Praça da Bandeira: Mãe Geninha, Tia Mamá, madrinha Ana Lúcia, Mãe Tione e Dani (*in memoriam*), Lu, Mimi, Tio Tarcísio, Thais, Thales, Julia e Ângelo.

Às Pretas Valeria e Verônica Carvalho pela generosidade de compartilhar suas lutas e saberes, pela acolhida e pelo afeto. Ao Carlos, Raiane, Lívica, Jéssica Lorena, Janayna, Givas,

Alan e toda a membresia do GRUNEC (: Aos jovens do GRUNEC, todes do Terreiro das Pretas e do Projeto Oliveiras.

Agradeço também os companheiros e mestres do CEDRA: Helio Santos, Marcelo Tragtenberg, Mario Theodoro, Wania Sant'Anna, Eduardo Pereira Nunes e Ana Inoue, com quem tanto aprendo e muito admiro.

Um especial agradecimento à Rita Passos pela cuidadosa leitura, pelo afeto, pelo incentivo e pelas trocas que foram fundamentais para a construção desse texto.

Meu afetuoso agradecimento ao meu companheiro Thiago Florencio pela leitura, pelos comentários, pela paciência e apoio no processo da dissertação. Esse agradecimento se estende a nosso melhor e mais bonito fruto, Omar. Obrigada por ser tão parceiro e entender que muitas vezes a mamãe não podia estar junto por estar estudando.

Awure Iya Nla Beata! Obrigada por abrir as portas e os braços para mim e meus irmãos e irmãs. Por ser essa imensidão de amor, coragem e sabedoria. Awure e muito obrigada aos meus mais velhos e às minhas mais velhas. Ao meu Pai Adailton Moreira, pelo carinho, pelos ensinamentos e por me ensinar o que é *Ìwà pelè* (bom caráter) e *Ìwà rere* (boa ética) pelas suas práticas. À Iya Doya, Mãe linda e potente. Calor, ventania e brisa. Asogba Gelson de Oliveira, pelos ensinamentos e carinho. A minha Mãezinha gostosinha Neuza Barreto, por todo carinho. Ekeji Lucia Xavier, referência dentro e fora da roça, Ekeji Thula Pires, por chegar junto, Egbomi Regina e Egbomi Wellington pelo carinho. Às minhas irmãs e irmãos do Ilê, a quem agradeço representados por Rosa de Oxum, Rosa de Omolu, Graça, Luciene, Sharllene, Chiquinho e Rafa.

Ao meu padrinho Alan Ferreira por estar junto sempre e à minha madrinha Simone de Moura pelos ensinamentos. Meus mais velhos e minhas mais velhas, irmãos e irmãs do Egbe Ifá Lade.

Agradeço a Jackson e Barbara da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER) e às professoras e professores do Programa, especialmente a Laudeci Martins, minha orientadora pelos aprendizados e partilhas durante o mestrado. Também agradeço a Marcelo Moura Fé e Vitória Régia Arraes, Cícera Nunes e Zuleide Queiroz por participarem das bancas de qualificação e defesa, oportunidades singulares de aprendizado, a partir dos comentários e sugestões recebidos.

Agradeço a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela bolsa de Mestrado que contribuiu para a realização deste estudo.

Ao Candomblé, a Ifá e ao Samba, que me formam e fortalecem. E a todas as pessoas que colaboraram direta ou indiretamente para a realização desta dissertação.

Os agradecimentos são longos porque essa é uma conquista coletiva. O mito da pessoa que se faz sozinha esconde uma rede de cuidados, geralmente realizados por mulheres – muitas delas negras, que proporcionam o tempo, o espaço e as condições para a realização do trabalho. Sigamos!

“Enquanto os leões não escreverem sua história, prevalecerá a versão dos caçadores.”

(Provérbio Africano)

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	18
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
2.1. Análise e Procedimentos Qualitativos	22
2.2. Análises e Procedimentos Quantitativos.....	23
2.3 Sujeitos da Pesquisa	27
3. QUESTÃO RACIAL, COLONIALIDADE E DESENVOLVIMENTO.....	28
3.1. A dupla fratura racial e ambiental da Colonialidade	28
3.2. Panorama histórico do conceito de desenvolvimento	32
3.3. Desigualdade na teoria econômica	36
4. O CAMINHO ATÉ OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	39
4.1. A historicidade do conceito de desenvolvimento sustentável	40
4.2 Objetivos do Milênio (ODM)	44
4.3 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	53
5. MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR.....	60
5.1 Hierarquias raciais, construção e reprodução do racismo.....	60
5.2. A insustentabilidade do desenvolvimento à brasileira: quem fica para trás no Brasil?	66
5.2 Movimento negro e saberes emancipatórios.....	78
6. HISTÓRICO E ATUAÇÃO DO GRUPO DE VALORIZAÇÃO NEGRA DO CARIRI.....	83
6.1. GRUNEC - Fundação, temas prioritários e formas de atuação.	83

6.2 Linha do tempo das ações do GRUNEC e a relação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e suas metas.....	95
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106

RESUMO

Essa pesquisa apresenta como questão central a relação entre os saberes emancipatórios do movimento negro, a partir da atuação do Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC), organização do movimento social negro com mais de 20 anos de atuação na defesa e garantia de direitos da população negra, como instrumento para o desenvolvimento regional sustentável no Cariri cearense, com ênfase nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em um primeiro momento, a pesquisa se apoia em autores cujas produções se fundamentam nos saberes emancipatórios para dialogar criticamente com o conceito de desenvolvimento. Posteriormente, historiciza o conceito de desenvolvimento sustentável, bem como o processo de elaboração e implementação das Agendas de Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), a saber: os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ao traçar um panorama do conceito de raça no pensamento social brasileiro, busco demonstrar que esse não só é um debate antigo, mas também uma narrativa em disputa, no sentido de invisibilizar ou denunciar as iniquidades raciais no país e sua relação com a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, de acordo com a máxima da Agenda 2030 de “não deixar ninguém para trás”. O estudo também expõe as relações que se estabelecem entre o movimento social negro e a produção e sistematização de saberes em diversas áreas do conhecimento - teóricas e práticas, a partir das lutas contra o racismo em distintas dimensões. Esse movimento social tem se constituído como ator fundamental na interpelação do Estado Brasileiro no que diz respeito aos direitos da população negra e na contestação do mito da democracia racial, que nega o racismo ao atestar que todas as pessoas, independentemente de como se autodeclaram ou são identificadas, têm acesso a oportunidades iguais. Através da análise de documentos, sobretudo do arquivo institucional, a atuação do Grupo de Valorização Negra do Cariri é analisada a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a fim de compreender a relação do trabalho de incidência política e das ações diretas dessa organização com a promoção do desenvolvimento regional sustentável no Cariri.

Palavras-chave: Movimento Negro; Saberes emancipatórios; Combate ao racismo; Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

This research presents as its central question the relationship between the emancipatory knowledge of the black movement, based on the actions of the Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC), Cariri Black Valorization Group, an organization of the black social movement with more than 20 years of experience in defending and guaranteeing the rights of black population, as an instrument for sustainable regional development in Cariri, Ceará, with an emphasis on the Sustainable Development Goals (SDGs). Initially, the research is based on authors whose productions are based on emancipatory knowledge to critically dialogue with the concept of development. Subsequently, it historicizes the concept of sustainable development, as well as the process of elaboration and implementation of the United Nations (UN) Development Agendas, namely: the Millennium Development Goals and the Sustainable Development Goals. By outlining the concept of race in Brazilian social thought, I seek to demonstrate that this is not only an old debate, but also a narrative in dispute, in the sense of making invisible or denouncing racial inequities in the country and its relationship with the agenda Sustainable Development Goals in Brazil, in accordance with the 2030 Agenda's maxim of "leaving no one behind". The study also exposes the relationships that are established between the black social movement and the production and systematization of knowledge in different areas of knowledge - theoretical and practical, based on the struggles against racism in different dimensions. This social movement has constituted itself as a fundamental actor in interpellating the Brazilian State with regard to the rights of the black population and in contesting the myth of racial democracy, which denies racism by certifying that all people, regardless of how they declare themselves or are identified, have access to equal opportunities. Through the analysis of documents, especially from the institutional archive, the performance of the GRUNEC (Cariri Black Valorization Group) is analyzed based on the Sustainable Development Goals, in order to understand the relationship between political advocacy work and the direct actions of this organization with the promotion of sustainable regional development in Cariri.

Keywords: Black Movement; Emancipatory knowledge; Combating racism; Sustainable development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Pilares do Desenvolvimento Sustentável	44
Figura 2- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)	45
Figura 3- Agendas de Desenvolvimento da ONU e suas Conferências (1992 - 2015)	52
Figura 4 - Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	55
Figura 5 - Implementação das metas da Agenda 2030 no Brasil - Relatório Luz 2021	59
Figura 6 - Edição de janeiro de 2005 do jornal “Afro Cariri”	85
Figura 7 - Reprodução de card de divulgação da mesa sobre o GRUNEC no Artefatos da Cultura Negra	87
Figura 8 - Foto da Marcha das Mulheres Negras do Cariri (2017)	89
Figura 9- Foto da Marcha das Mulheres Negras do Cariri (2019)	89
Figura 10- Foto da Marcha das Mulheres Negras do Cariri (2023)	90
Figura 11- Mobilização para o Encontro, nas comunidades quilombolas.....	91
Figura 12 - Reprodução de card e foto do instagram do Terreiro das Pretas	92
Figura 13 – Verônica Carvalho em Miolagem durante a celebração de 22 anos do GRUNEC (2023).....	94
Figura 14 - Valéria Carvalho em Miolagem durante a celebração de 22 anos do GRUNEC (2023).....	95
Figura 15- Linha do tempo das ações do GRUNEC e a relação com os ODS	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas (R\$/hora).....	71
Gráfico 2- Taxa de informalização (%) por cor ou raça - Brasil, 2021	72
Gráfico 3- Proporção da população residente em domicílios com acesso aos serviços de saneamento básico, por condição de ocupação do domicílio e por tipo de serviço, segundo cor ou raça (%) - Brasil - 2019	74
Gráfico 4- Taxas de homicídios de negros e de não negros a cada 100 mil habitantes dentro destes grupos populacionais – Brasil (2011-2021)	74
Gráfico 5- Risco relativo de homicídio por raça/cor, por UF – Brasil (2021)	76
Gráfico 6- Vítimas de feminicídio e demais mortes violentas intencionais de mulheres. Brasil, 2021	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– População residente, por cor ou raça, nos Censos Demográficos – 2010 e 2022....	67
Tabela 2– Óbitos maternos por cor/raça, segundo morte na gravidez ou puerpério, 2022	70
Tabela 3- Total e proporção de pessoas, por classes de rendimento mensal real domiciliar per capita selecionadas, e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - Brasil – 2021	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACB	Associação Cristã de Base
ASA	Articulação do Semiárido
CEDRA	Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais
CNODS	Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FJP	Fundação João Pinheiro
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
GRUNEC	Grupo de Valorização Negra do Cariri
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAD-C	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SUS	Sistema único de Saúde
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri

UNFCCC Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
URCA Universidade Regional do Cariri

1 - INTRODUÇÃO

Ao longo da minha formação em Ciências Sociais e da atuação profissional no Terceiro Setor, acompanhei de perto o trabalho desenvolvido por organizações de base comunitária, bem como organizações pequenas e médias e de referência do movimento negro em todo o país, em um amplo espectro de temas e espaços de atuação, desde ações locais e regionais às articulações nacionais e internacionais em espaços de tomada de decisão.

Essa formação plural, aliada à trajetória profissional, permitiu que eu tivesse contato com diversos temas como desenvolvimento local e a questão racial, tanto nacional como internacionalmente, a partir de pontos de vista distintos: experiência acadêmica, trabalho em organizações de base comunitária, trabalho em um instituto de pesquisa com atuação direta em comunidades periféricas e de um fundo para promoção da equidade racial atuante em todas as regiões do país através dos financiamentos concedidos.

Por ocasião destes trabalhos, tive a oportunidade de acompanhar e participar ativamente de debates fundamentais para a democracia, como a implementação de políticas públicas de ação afirmativa para ingresso no Ensino Superior, conjugando experiências brasileiras e estadunidenses. Em particular, as discussões sobre sustentabilidade, combate ao racismo, análise de políticas públicas e implementação de projetos com impacto social, ali subjacentes, ampliaram minha convicção no caráter transformador do trabalho de pesquisa, a partir dos saberes forjados na luta por direitos.

No contexto de produção de sentidos destas experiências e suas relações com a minha formação como mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável, essa pesquisa tem como questão central indagar sobre as relações entre os saberes emancipatórios do movimento negro, a partir da atuação do Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC), como instrumento para o desenvolvimento regional sustentável no Cariri cearense, com ênfase nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para tanto, tomo como hipóteses que o GRUNEC contribui para fortalecimento do desenvolvimento regional sustentável do Cariri e suas práticas são potencialidades para a construção de um desenvolvimento mais amplo, plural e inclusivo.

Para responder a esta pergunta de partida, além desta introdução, a dissertação se divide em procedimentos metodológicos; capítulos 1, 2, 3 e 4; e conclusão.

Importante apontar que essa pesquisa é fruto desse caminhar e do aprendizado com essas organizações que, a partir de suas experiências cotidianas, produzem ensinamentos caros à democracia.

De modo específico, objetiva:

- a) Apresentar as bases teóricas utilizadas para a construção dos argumentos apresentados neste estudo, quais sejam: uma crítica ao binômio Colonialidade/Modernidade, a centralidade da questão racial para a reprodução das desigualdades e suas relações com o conceito de desenvolvimento;
- b) Historicizar o conceito de desenvolvimento sustentável, o processo de elaboração e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, bem como dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável;
- c) Apresentar dados estatísticos que evidenciam as desigualdades apontadas pelo Movimento Negro Educador, e
- d) Identificar as ações do GRUNEC na perspectiva dos ODS.

No primeiro capítulo, a pesquisa se apoia na produção de autores que trabalham na perspectiva da construção de saberes emancipatórios e decoloniais, que propõem uma revisão historiográfica e epistêmica, a partir de um pensamento crítico à Modernidade, incorporando os impactos desse processo aos povos que foram colonizados e da persistência do colonialismo e de suas hierarquias de poder, mesmo após a independência das antigas colônias. Estabelece ainda um diálogo com o conceito de desenvolvimento.

O segundo capítulo historiciza o conceito de desenvolvimento sustentável, bem como o processo de elaboração e implementação das Agendas de Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), a saber: os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

No terceiro capítulo, traço um panorama do conceito de raça no pensamento social brasileiro, a fim de demonstrar que esse não só é um debate antigo, mas também uma narrativa em disputa, no sentido de invisibilizar ou denunciar as iniquidades raciais no país e sua relação com a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, de acordo com a máxima da Agenda 2030 de “não deixar ninguém para trás”. O capítulo também expõe as relações que se estabelecem entre o movimento social negro e a produção e sistematização de

saberes em diversas áreas do conhecimento – teóricas e práticas, a partir das lutas contra o racismo em distintas dimensões. Esse movimento social tem se constituído como ator fundamental na interpelação do Estado Brasileiro no que diz respeito aos direitos da população negra e na contestação do mito da democracia racial, que nega o racismo ao atestar que todas as pessoas, independentemente de como se autodeclaram ou são identificadas, têm acesso a oportunidades iguais. Os saberes emancipatórios, além de reverberarem na construção identitária positiva de negras e negros, são a base para demanda de políticas públicas que visam corrigir disparidades produzidas pelo racismo, bem como fomentam a elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas.

Finalmente, no quarto capítulo, historicizo a atuação do Grupo de Valorização Negra do Cariri, organização do movimento social negro com mais de 20 anos de atuação na defesa e garantia de direitos da população negra local, traçando relações com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em termos de abordagem metodológica, trata-se de uma pesquisa de cunho tanto qualitativo quanto quantitativo, uma vez que se valerá da análise de dados estatísticos oficiais, sobretudo, os produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) sobre desigualdades sociais e a relevância das questões de gênero e raça para tais cenários, como também de descrições em profundidade, a fim de compreender o contexto e os indivíduos caros aos objetivos da pesquisa.

No entanto, os métodos quantitativo e qualitativo devem ser vistos como complementares e não antagônicos ou exclusivos, permitindo que a diversidade de perspectivas e formas de coleta e análise de dados amplie a compreensão do problema (Goldenberg, 1997, p. 62).

É fato que os métodos quantitativos e qualitativos guardam diferenças entre si. No entanto, ambos partem de uma afirmação que deve ser amparada com base em evidências empíricas. A objetividade é apenas uma das características comuns dessas duas abordagens. Elas são fundamentalmente argumentativas e, portanto, partilham do mesmo arcabouço discursivo de uma argumentação científica. Basicamente, podemos dizer que uma argumentação em ciências sociais é constituída por: a) uma afirmação; b) evidências empíricas que amparam esta afirmação; e, c) fundamentos teóricos que pautam a afirmação às evidências (Toulmin, 2001). As transformações encontradas nas distintas argumentações sociológicas dependem da metodologia de pesquisa adotada, da abordagem teórica empregada e das evidências empíricas apresentadas.

A partir do objetivo geral, Gil (2002 p. 41) classifica as pesquisas em exploratória, descritiva e explicativa. Considerando que este estudo tem como intuito proporcionar mais familiaridade, tornando mais explícita a relação entre a contribuição dos saberes emancipatórios e o desenvolvimento regional sustentável, o mesmo se classifica como exploratório. Esse tipo de pesquisa exige um planejamento flexível, a fim de abranger uma miríade de aspectos sobre o tema estudado. Selltiz et al. (1967, p. 63, apud Gil, 2002, p. 41) apontam ainda que pesquisas exploratórias englobam “levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas problema pesquisado” e análise de exemplos que “estimulem a compreensão”.

2.1. Análise e Procedimentos Qualitativos

Para a realização da análise qualitativa, os procedimentos selecionados foram: pesquisa bibliográfica acerca dos temas associados – colonialidade, modernidade, desenvolvimento sustentável, ODM, ODS, movimento negro e racismo – bem como pesquisa documental e o estudo de caso.

Seguindo as etapas desenhadas por Selltitz (1963), a **pesquisa bibliográfica** foi realizada com a seleção e análise de literatura a fim de pesquisar a existência de uma correlação entre o racismo e o desenvolvimento sustentável. Também me dediquei a apresentar as relações que se estabelecem entre o movimento negro, sobretudo entre os anos de 1995 e 2020, e a produção e sistematização de saberes em diversas áreas do conhecimento – teóricas e práticas, a partir das lutas contra o racismo em múltiplas dimensões e suas possíveis contribuições para o desenvolvimento sustentável.

Ademais, utilizei a pesquisa documental a partir da **etnografia dos documentos**. Ferreira e Lowenkron (2020) apresentam a perspectiva metodológica da etnografia de documentos como uma estratégia de pesquisa que analisa os documentos não somente como meros documentos, na medida em que age “explorando sua materialidade, sua capacidade de associar pessoas ou provocar rupturas, seus efeitos de ocultamento ou exibição de assimetrias, hierarquias e autoridades, e, ainda, os afetos, agenciamentos e poderes que eles exercem em determinados contextos” (2020, p. 14). Desta forma, os documentos fornecem elementos para avaliar a capacidade performática de negociar e dialogar, não somente como meros registros, mas como exemplos do poder da organização de interferir e pautar demandas sociais.

Nesse sentido, a pesquisa documental teve como objetivo apresentar e analisar as ações do Grupo de Valorização Negra do Cariri, como exemplo prático da correlação entre os saberes emancipatórios produzidos pelo movimento negro e o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o estudo de caso se coloca como o procedimento técnico a ser adotado, uma vez que o estudo profundo de um (ou poucos) objeto(s) permite seu amplo e detalhado conhecimento (Gil, 2002, p.54).

O **Estudo de caso** é um método de pesquisa amplo sobre um determinado assunto, que permite o aprofundamento da pesquisa e oferece subsídios para novas investigações sobre a mesma temática. Caracteriza-se por ser um estudo detalhado e exaustivo de poucos, ou mesmo de um único objeto, fornecendo conhecimentos profundos (Eisenhardt, 1989; Yin, 2009). Esta

pesquisa realizou um estudo de caso único e instrumental, quando se examina uma unidade para se compreender melhor algo mais amplo (Ventura, 2007, p.384), ancorado no Grupo de Valorização Negra do Cariri.

Para tanto, foram selecionados para a realização deste procedimento metodológico os seguintes documentos: ata de fundação, estatuto, atas de reuniões, relatórios de atividades, anotações pessoais realizadas durante eventos públicos do GRUNEC e publicações institucionais como o portfólio e a cartilha “Caminhos: Mapeamento das Comunidades Negras e Quilombolas do Cariri Cearense”.

2.2. Análises e Procedimentos Quantitativos

Com relação ao caráter quantitativo, foram incorporados indicadores sociais, pois estes permitem a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático.

Segundo Jannuzzi (2001), o indicador é um recurso metodológico com o objetivo de retratar a realidade. “Eles apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente” (Jannuzzi, 2005, p.141). Ainda de acordo com o autor (2018), um indicador social é uma medida geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico ou programático. A estatística cumpre um papel fundamental ao longo de todo o processo de implementação de políticas sociais, assim, produzindo informações e estudos.

Os indicadores sociais *per se* evidenciam aspectos da vida social e nos auxiliam na elaboração e implementação de políticas públicas. Ao adicionar a variável raça/cor, não estamos só evidenciando as dessemelhanças, mas estamos pontuando um processo histórico e secular de propagação das desigualdades pautadas na discriminação, que se evidencia nas mais diferentes esferas da vida social, tanto de forma objetiva (saúde, educação, trabalho, terra etc.) quanto subjetiva (complexos de dependências, na construção de estereótipos impactando na autoestima, produzindo neuroses, etc.) (Theodoro, 2022; Fanon, 2020; Santos, 1983).

A construção de indicadores raciais cumpre romper com uma espécie da produção de ignorância epistêmica sobre o racismo, em que foi utilizada uma linguagem abstrata e pretensamente universal, promovendo e perpetuando desigualdades.

De acordo com IBGE (2013), “as Estatísticas Oficiais são informações produzidas e disseminadas por órgãos/agências governamentais, em bases regulares, regidas pela legislação em matéria estatística e/ou regulamentos administrativos, sujeitas ao cumprimento de um sistema padronizado de conceitos, definições, unidades estatísticas, classificações, nomenclaturas e códigos” que visam:

- Retratar as condições socioeconômicas e ambientais;
- Subsidiar o planejamento, execução e acompanhamento de políticas públicas;
- Promover o suporte técnico às tomadas de decisões; e
- Auxiliar na consolidação do exercício da cidadania.

O breve histórico dos acordos internacionais a respeito das Estatísticas Oficiais.

- Adotados pela *United Nations Economic Commission for Europe* (UNECE) - Conferência dos Estatísticos Europeus (abril/1992)
- Adotados pela Sessão Especial da Comissão de Estatística das Nações Unidas (abril/1994)
- Reafirmados pelas Sessões da Comissão de Estatística das Nações Unidas de 2004 e de 2011
- Preâmbulo dos princípios revisado: Comissão de Estatística das Nações Unidas de 2013
- Endossados pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC): Resolução 2013/21 (julho/2013)
- ·Aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas: Resolução 68/261 (janeiro/2014)

Foram estabelecidos em 2014 os dez (10) Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais da Assembleia Geral das Nações Unidas. São eles:

Princípio 1 - Relevância, imparcialidade e igualdade de acesso: às estatísticas oficiais são fundamentais ao sistema de informação de uma sociedade democrática, oferecendo ao governo, à economia e ao público dados sobre a situação econômica, demográfica, social e ambiental. Com esta finalidade, os órgãos oficiais de estatística devem produzir e divulgar, de

forma imparcial, estatísticas de utilidade prática comprovada, para honrar o direito do cidadão à informação pública.

Princípio 2 - Padrões profissionais e ética: para manter a confiança nas estatísticas oficiais, os órgãos de estatística devem basear suas decisões de acordo com considerações estritamente profissionais, incorporando os princípios científicos e a ética profissional para a escolha dos métodos e dos procedimentos de coleta, processamento, armazenamento e divulgação dos dados estatísticos.

Princípio 3 - Responsabilidade e transparência: é de responsabilidade dos órgãos de estatística facilitar uma interpretação apropriada dos dados, apresentando as informações segundo as normas científicas sobre fontes, métodos/ técnicas e procedimentos estatísticos.

Princípio 4 - Prevenção do mau uso dos dados: compete aos órgãos de estatística o direito de comentar interpretações erradas e utilização indevida das informações estatísticas.

Princípio 5 - Eficiência: Os dados utilizados para fins estatísticos podem ser obtidos a partir de diversos tipos de fontes, sejam pesquisas estatísticas ou registros administrativos. Os órgãos de estatística devem escolher as fontes levando em consideração a qualidade, oportunidade, custos e ônus para os informantes.

Princípio 6 – Confidencialidade: Os dados individuais coletados pelos órgãos de estatística para elaboração de estatísticas, sejam referentes a pessoas físicas ou jurídicas, devem ser estritamente confidenciais e utilizados exclusivamente para fins estatísticos.

Princípio 7 – Legislação: As leis, regulamentos e medidas que regem a operação dos sistemas estatísticos devem ser tornadas de conhecimento público.

Princípio 8 - Coordenação nacional: A coordenação entre os órgãos de estatística de um país é imprescindível, de modo que haja coerência e eficiência no sistema estatístico.

Princípio 9 - Uso de padrões internacionais: O uso de conceitos, classificações e métodos internacionais pelos órgãos de estatística de cada país promove a coerência e a eficiência dos sistemas de estatística em todos os níveis oficiais.

Princípio 10 - Cooperação internacional: A cooperação bilateral e multilateral na esfera da estatística contribui para aprimorar as estatísticas oficiais em todos os países.

No Brasil em 2013, o IBGE publicou seu “Código de Boas Práticas das Estatísticas”, formado por um conjunto de diretrizes, estruturado por princípios e indicadores de boas práticas, baseado nas recomendações internacionais.

As estatísticas públicas, em particular os Censos Demográficos, foram fundamentais na formulação e implementação de políticas públicas nas três esferas governamentais, auxiliando na elaboração de diagnósticos socioeconômicos, abordando os mais diferentes temas. Os censos têm oferecido um “leque de possibilidades” aos estudos de população, no tocante à quantificação, a composição, a estrutura e a distribuição político-administrativa. O Censo Demográfico é resultado das preocupações de seu tempo, sua sociedade e seu governo e aponta novas demandas de políticas (Jannuzzi, 2018; Oliveira; Simões, 2005; Oliveira, 2003).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é outra fonte de informações que tem sido fundamental aos estudos e análises da dinâmica demográfica. Implantada no Brasil desde 1967, possui múltiplos propósitos, investigando as características demográficas e socioeconômicas, como: educação, trabalho, rendimento e habitação, e outros temas: como migração, fecundidade, nupcialidade, esportes, saúde, vitimização, e outros temas que são incluídos conforme as necessidades de informação para o país. A partir de 2004 a PNAD passa a investigar também a área urbana de todos os estados da região Norte, possibilitando, portanto, obter-se um quadro mais completo da situação demográfica, social e econômica da população residente nessa região, independentemente de sua condição de residência. Com isso, a amostra domiciliar da PNAD passou a ser representativa de todo o território nacional (Oliveira; Simões, 2005).

De acordo com Jannuzzi (2018), a PNAD e mais recentemente, a PNAD-C, tem se ocupado do monitoramento e da avaliação de políticas e programas sociais. Mesmo com limitações no acompanhamento de programas específicos “possibilita avaliações bastante robustas de efeitos integrados de conjuntos de políticas sociais, em diferentes contextos regionais, públicos e escalas geográficas” (Idem, 2018, p. 6).

Com base nesse contexto, utilizei estudos baseados em dados estatísticos sobre segurança pública e saúde e a síntese de indicadores “Desigualdades Sociais por cor ou Raça no Brasil”, elaborado pelo IBGE nos anos de 2019 e 2022, a fim de contextualizar, a partir de estatísticas oficiais, as disparidades socioeconômicas em temas como renda, trabalho, educação e domicílio, a partir do recorte racial.

2.3 Sujeitos da Pesquisa

O Grupo de Valorização Negra do Cariri, fundado em 2001, é uma organização sem fins lucrativos que congrega “professores e professoras universitários, docentes da educação básica, estudantes, pesquisadores/as, líderes religiosos/as e ativistas sociais, dentre outros.” (Neto, 2020).

A atuação da organização é bastante diversa no que diz respeito aos temas, espaços de atuação e parcerias estabelecidas. As ações do grupo passam pelo acompanhamento de políticas públicas, projetos de valorização da cultura e identidade negras, combate ao racismo religioso, projetos e atividades voltados às juventudes e às mulheres negras, educação - inclusive quilombola e atuação e parcerias em/com comunidades tradicionais, comunidades de terreiro, instituições de ensino superior do Cariri cearense e outras organizações da sociedade civil (Bezerra, 2020). Esse amplo leque de ações será analisado a partir do arquivo institucional, a fim de, analisar a atuação da organização à luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

3. QUESTÃO RACIAL, COLONIALIDADE E DESENVOLVIMENTO

De modo geral, esta pesquisa objetiva identificar a relação entre os saberes emancipatórios do movimento negro, a partir da atuação do Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC), como instrumento para o desenvolvimento regional sustentável no Cariri cearense, com ênfase nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). No entanto, antes de direcionar o olhar para esse caso específico - que apoiará reflexões acerca de como os saberes forjados na luta por direitos dialogam com, e podem contribuir para, a promoção do desenvolvimento sustentável, é importante entender como o conceito de desenvolvimento foi forjado, a partir da perspectiva da Modernidade-Colonialidade, atravessada pelo dispositivo da racialidade, e sofreu modificações até incorporar o adjetivo “sustentável”.

3.1. A dupla fratura racial e ambiental da Colonialidade

Essa pesquisa propõe compreender, num primeiro momento, o processo histórico colonial como articulador de uma dupla fratura racial e ambiental. A racialização dos sujeitos colonizados se deu de forma complementar ao projeto de separação entre natureza e cultura, o que implica numa oposição dualista entre sujeito e objeto, humano e não-humano, que vai caracterizar a disjunção ontológica entre brancos (como sinônimo de sujeitos dotados de humanidade e civilização) e não-brancos (como sinônimos de “objetos” destituídos de humanidade e presos à condição do estado de natureza). Tal aproximação nos permite ter um entendimento mais preciso da constituição do *dispositivo da racialidade* como um projeto diretamente ligado ao processo histórico colonial e sua expansão do capitalismo através do domínio e da transformação da natureza. Sueli Carneiro, em sua tese *Dispositivo de racialidade - a construção do outro como não ser como fundamento do ser*, explica que o dispositivo da racialidade é:

“a articulação de múltiplos elementos, configura a racialidade como um domínio que produz poderes, saberes e subjetividades. Pode-se dizer que o dispositivo da racialidade instaura, no limite, uma divisão ontológica, uma vez que a afirmação do ser das pessoas brancas se dá pela negação do ser das pessoas negras. Ou, dito de outro modo, a superioridade do Eu hegemônico, branco, é conquistada pela contraposição do Outro, negro” (Carneiro, 2023, p. 13).

As estruturas de pensamento ocidentais, que situam o branco¹ como sujeito privilegiado do saber e cuja presença se auto inscreve como sinônimo de humano e propagador das verdades "universais", foram forjadas na exclusão e no apagamento das existências, dos saberes e das referências não ocidentais.

Nesse sentido, utilizo a produção de autores que pensam criticamente o campo de constituição da Modernidade ocidental e que contestam as estruturas de pensamento marcadamente eurocêntricas supramencionadas. Esses autores aproximam criticamente as noções de racialidade e colonialidade e, assim, propõem uma revisão historiográfica e epistêmica, a partir de um pensamento crítico à Modernidade, incorporando os impactos desse processo aos povos que foram colonizados e da persistência do colonialismo e de suas hierarquias de poder, mesmo após a independência das antigas colônias.

Neste contexto, decolonialidade como um conceito oferece dois lembretes-chave: primeiro mantém-se a colonização e suas várias dimensões claras no horizonte de luta; segundo, serve como uma constante lembrança de que a lógica e o legado do colonialismo podem continuar existindo mesmo depois do fim da colonização formal e da conquista da independência econômica e política (Maldonado-Torres, 2018, p. 28).

“Colonialidade”, termo utilizado pela primeira vez por Aníbal Quijano (2005) em sua análise da formação do capitalismo atlântico, aponta para a necessidade de seu entendimento pela perspectiva da “divisão racial do trabalho”, de modo a compreender esse novo padrão de poder que surge a partir do avanço complementar entre o capitalismo e o colonialismo, ao longo do século XVI. A Colonialidade seria, portanto, a longa duração de um novo padrão de poder pelo qual a Europa se constitui como o centro do mundo capitalista e passa a determinar a hegemonia e controle das formas de subjetividade, cultura e conhecimento, ao consolidar mecanismos de controle do trabalho, da natureza, das sexualidades, das relações de autoridade e das novas subjetividades. Ao ponto em que o Ocidental, ao se auto inscrever como superior e

¹ “Branco” neste contexto deve ser entendido como a qualidade daquele ou daquilo que detém a brancura. Segundo Jurandir Freire Costa, “a brancura é abstraída, reificada, alçada à condição de realidade autônoma, independente de quem a porta como atributo étnico ou, mais precisamente, racial. (...) Funciona como um pré-dado, como uma essência que antecede a existência e as manifestações históricas dos indivíduos reais que são apenas seus arautos e realizadores. O fetichismo em que se assenta a ideologia racial faz do predicado branco, a brancura. o “sujeito universal e essencial”, e o indivíduo branco da pessoa concreta, um “mero atributo contingente e particular” (Costa, 1983, p. 4)

“branco”, determina a constituição de novas identidades coloniais, como as de “índios” e “negros”, que são espoliados de seu lugar na história e na concepção de “humanidade”.

A colonialidade do poder implica em novo padrão de divisão da “humanidade”, na ideia de avanço sempre associado ao Ocidente como vetor da Modernidade, enquanto as identidades coloniais racializadas (“índios” e “negros”) são classificadas numa escala de inferioridade em relação ao padrão de humanidade racialmente constituído pela norma do ser branco, e também numa escala de inferioridade marcada pelo tempo da Modernidade, que não condiziria com o passado estancado e primitivo ao qual tais povos racializados estariam presos. Vistos como “selvagens”, os sujeitos racializados seriam incapazes de acompanhar o tempo linear, uniforme e irreversível da “humanidade”. A noção de “desenvolvimento” é um desdobramento, a partir do século XVIII, dessa perspectiva em que o Ocidente se coloca como sinônimo de Moderno e Humano, ao passo que o outro racializado é sempre associado ao atraso e à desumanidade.

Como já foi dito, a afirmação da Modernidade ocidental se situa a partir da perspectiva de uma distinção ontológica entre cultura e natureza (Grosfoguel, 2016). Esse período de formação da Modernidade, situado na virada do século XV para o XVI, marca uma série de rupturas que definem o modelo a partir do qual o Ocidente passa a se auto afirmar e se auto inscrever como Moderno e cunha um outro mundo inventado como selvagem, bárbaro e primitivo, para deste se distinguir. Esse mundo do “outro” estaria circunscrito a uma dupla perspectiva. A primeira se refere a uma temporalidade presa ao passado - por isso impossibilitada de participar do tempo presente e ainda menos para a perspectiva de futuro para a qual a Modernidade ocidental aponta. A segunda se refere a um espaço preso à “floresta” que, por sua vez, está fora dos limites da cultura e da civilização. Segundo Bona (2020), a floresta, cuja raiz etimológica grega significa “aquilo que está fora”, marca o espaço fora da pólis grega, onde circulavam os cidadãos, aqueles dotados de *logos*, de linguagem, de racionalidade, e que pertencem à cidade. Essa disjunção entre natureza e cultura vai ganhar proporções definitivas a partir do advento da Modernidade.

O passado, a floresta e os povos ligados a esse tempo-espaço estão, portanto, fora dos limites da Modernidade. Nesse sentido, a natureza é vista como lugar à parte da humanidade, presa a um passado primitivo que não foi transformado pela ação humana. É a partir da Modernidade que o Ocidente vai configurar paulatinamente seu campo de ação marcado pela temporalidade linear e progressiva, apontando sempre para um futuro cujo aperfeiçoamento,

que posteriormente ganha a noção de desenvolvimento, depende da forma como se afasta da “floresta” e desse passado “primitivo”.

A constituição de uma ruptura definitiva entre natureza e cultura teria se acentuado, portanto, ao longo da Modernidade ocidental quando novos paradigmas de compreensão do mundo são estabelecidos pela perspectiva do apartamento entre sujeito e objeto, em que o primeiro se torna definidor das formas de entendimento do mundo, e o segundo passa a ser visto como objeto passivo dessa relação. A noção de sujeito enquanto símbolo da racionalidade, se sobrepõe, inclusive, ao homem enquanto indivíduo, e terá na figura de René Descartes seu pensador definitivo, já que o paradigma existencial se centra na capacidade racional deste sujeito autodeterminado projetar sobre o mundo da natureza e das coisas a linguagem que viabiliza sua compreensão e definição enquanto objeto.

Essa fórmula paradigmática da Modernidade ocidental – o “penso, logo existo” - teria sido precedida por quase um século, segundo Dussel (1993), pela formulação do sujeito colonizador, representada de forma heroica na figura do conquistador. O “conquisto, logo existo” seria a primeira definição do sujeito colonial e das condições de possibilidade da formação do *ego cogito cartesiano*, o sujeito Moderno que se auto inscreve como uma entidade racional e incorpórea, que existe de forma independente do mundo material da natureza e dos objetos. As definições desse sujeito, que tem por base a expansão colonial do *ego conquistador* pelas Américas, ajudam a compreender a constituição da Modernidade e suas implicações no processo histórico de colonização do mundo pelo entendimento de que a natureza é um objeto colocado à parte da existência do sujeito moderno e que, por isso, deve ser por ele transformada e aperfeiçoada. A figura do *ego conqueror* como modelo do avanço da presença e da história ocidental traz implicações definitivas para a compreensão da Modernidade em sua dimensão colonial. Segundo Cajigas-Rotundo “al ser objetivizada en el mundo burgués-mercantil, la naturaleza es convertida en una instancia externa, susceptible de ser instrumentalizada, manipulada según imperativos técnicos, y degradada, en últimas, a la categoría de “recurso” (2007, p. 174).

Nesse sentido, vale refletir sobre a *Plantation* como instituição fundamental do avanço colonial e de seus mecanismos de controle e vigilância sobre a natureza e os corpos racializados. A *Plantation*, caracterizada pelo modelo da monocultura agroexportadora através do uso da mão-de-obra escrava desses sujeitos racializados, vai se definir pela prática de avanço definitivo

sobre as florestas tropicais e a desterritorialização de seus povos nativos. É importante destacar, portanto, que a noção de progresso e, conseqüentemente, de desenvolvimento, a partir do século XVIII, está intrinsecamente ligada ao avanço colonial sobre os territórios americanos e a dizimação de seus povos nativos, tanto no sentido literal dos seus corpos, mas também epistemológico, pelo entendimento de que estes não poderiam ser coparticipes do tempo da Modernidade. Há uma relação intrínseca, portanto, entre o avanço colonial, com suas novas tecnologias de exclusão social e racial pelas práticas escravocratas, e a dimensão ambiental.

Ferdinand, em *Uma ecologia decolonial – pensar a partir do mundo caribenho*, analisa essa “dupla fratura colonial e ambiental da modernidade” (Ferdinand, 2022, p. 23), procurando compreendê-la como problema central da crise ecológica contemporânea. Retomando as discussões em torno da colonialidade, principalmente por autores caribenhos como Aimé Césaire e Frantz Fanon, Ferdinand reforça “a oposição dualista que separa natureza e cultura, meio ambiente e sociedade, estabelecendo uma escala vertical de valores que coloca ‘o Homem’ acima da natureza.”. Portanto, esses paradigmas, baseados unicamente nas experiências culturais e históricas do Ocidente, não só orientarão as noções de progresso e, conseqüentemente, de desenvolvimento, como justificarão a escravização e a produção de desigualdades das mais diversas dimensões, quanto apoiarão a criação de um modelo de produção e consumo que, ao longo dos séculos, se mostra insustentável.

3.2. Panorama histórico do conceito de desenvolvimento

Ao analisar o conceito de desenvolvimento, Amaro destaca sua presença em diversas áreas de conhecimento, tornando sua interpretação e aplicabilidade bastante mutáveis. Ressalta também seu caráter eurocêntrico cujas experiências foram forjadas nas sociedades industriais europeias e contribuíram para delinear “o conteúdo e os *objectivos* e os conseqüentes processos de operacionalização e estratégias” (Amaro, 2003, p. 38).

O referido autor divide em dois grupos os processos históricos que contribuíram para dois marcos fundantes das sociedades industriais: a Revolução industrial e a Revolução Francesa - em articulação com a independência dos Estados Unidos. O primeiro grupo de revoluções - Agrícola, Comercial, dos Transportes, das Vias de Comunicação e Tecnológica, criou as condições materiais e de produção que resultaram na Revolução Industrial. Já o segundo grupo fomentou as bases morais e filosóficas, fazendo emergir novos valores que

criaram a ambiência para a Revolução Francesa, a saber: Revolução Cultural e Filosófica (Renascimento), Revolução Religiosa (Reforma Protestante), Revolução Científica e Revolução Política.

A paulatina dissolução do sistema feudal e a mercantilização da terra alteraram o padrão de produtividade, escalando-o da subsistência para a produção de excedentes e, posteriormente, de mercadorias. Este ritmo se intensifica junto à formação dos Estados-nação, do capitalismo mercantil e do colonialismo. O avanço da mercantilização da terra vai se dar a partir da *plantation* como uma instituição colonial definitiva que vai se valer da racialização e escravização dos africanos, do domínio territorial em latifúndios monocultores para garantir a produção de mercadorias nas colônias das Américas e sua exportação à Europa.

Segundo Ferdinand (2022), a *plantation* se configura como um “habitar colonial”, “um imperialismo ecológico” que subjuga humanos e não humanos a esse novo modelo de produção mercantil, mas também um “imperialismo ontológico”, pois impõe uma nova concepção singular do que “são a terra e seus existentes” (Ferdinand, 2022, 59).

A fratura colonial separa os humanos e os espaços geográficos da Terra entre colonizadores europeus e colonizados não europeus, entre Brancos e não Brancos, entre cristãos e não cristãos, entre senhores e escravos, entre metrópoles e colônias, entre países do Norte e países do Sul. Remontando, no mínimo, à época da Reconquista espanhola, que expulsou os muçulmanos da Península Ibérica, e à chegada de Cristóvão Colombo às Américas em 1492, essa dupla fratura põe o colonizador, sua história e seus desejos no topo da hierarquia dos valores, e a eles subordina as vidas e as terras dos colonizados ou ex-colonizados. Da mesma forma, essa fratura homogeneiza os colonizadores, reduzindo-os à experiência de um *homem* Branco, ao mesmo tempo que reduz a experiência dos colonizados à de um *homem* racializado. Ao longo da complexa história do colonialismo, essa linha foi contestada por ambos os lados e assumiu diferentes formas. Entretanto, ela perdura ainda hoje, reforçada pelos mercados liberais e pela economia capitalista (Ferdinand, 2022, p. 26).

O autor designa a reprodução global de uma economia de *plantation* sob várias formas. Primeiro, ao estabelecer conjuntos de humanos e de não humanos, as *plantations* – agrícolas, no sentido das plantas vegetais, ou industriais, no sentido derivado da palavra em inglês *plants* (fábricas) –, os lugares, os mecanismos e as organizações de produção, e os centros da cena e do tempo. Segundo, ao revelar as trocas ecológicas e metabólicas desiguais, as punções energéticas e materiais não renováveis. E terceiro, no nível histórico, restabelece uma

historicidade das mudanças ambientais globais sem apagar os fundamentos coloniais e escravagistas da globalização. (Ferdinand, 2022, p.66).

Em um segundo momento, a expansão das estradas de ferro e mais recentemente o automóvel, contribuem para ampliar o escoamento da produção, o deslocamento humano e o estabelecimento de mercados nacionais e internacionais. Juntamente com os transportes, a comunicação e a tecnologia contribuíram para consideráveis alterações nas sociedades com a introdução da eletricidade, da máquina a vapor e o motor de combustão interna, que tornam o ser humano cada vez menos dependente da natureza e de suas fontes de energias primárias como a água, o vento e a tração animal. Essas mudanças não só ampliaram enormemente a capacidade produtiva, como possibilitaram o crescimento econômico que culmina na Revolução Industrial. Essas mudanças, na longa duração entre os séculos XIV e XIX, fomentam a base das sociedades industriais que serão tomadas como modelo de desenvolvimento a ser perseguido.

O crescimento econômico é uma característica marcante desse modelo de sociedade que compreende o contínuo aumento da produção de bens e serviços como condição *sine qua non* do desenvolvimento que, por sua vez, garantiria o bem-estar da população. No entanto, essa é uma associação limitante pois considera apenas indicadores econômicos como parâmetro de desenvolvimento. Outros marcadores importantes são a industrialização como atividade primordial, a tecnologia que potencializa a alta produtividade e uma sociedade que além de ter impacto na produção de riquezas em si e, conseqüentemente no desenvolvimento, também incide sobre a forma com que aqueles que não produzem são tratados e percebidos pela sociedade. Não menos importante, deve-se destacar o espaço urbano, em nítida oposição ao campo, tomado como o *locus* do progresso, no qual o homem, seja pensado enquanto indivíduo pelo capitalismo ou coletivo, no socialismo, consolida a noção de separação e domínio da natureza.

Essa aproximação dos conceitos de “desenvolvimento” e “crescimento econômico” também atraiu as ideias de “industrialização” e “modernidade”, considerando que o crescimento econômico, fator primordial do desenvolvimento, é característica dos países industrializados e modernos, que atualizam as estruturas ultrapassadas e rurais, migrando para os espaços urbanos, industrializados e de consumo. Em outras palavras, países desenvolvidos.

Esse paradigma de modernização teve uma influência decisiva nas abordagens econômicas, sociológicas, políticas e psicológicas do desenvolvimento dos primeiros tempos após a

Segunda Guerra Mundial, tornando-se a perspectiva dominante, nomeadamente na visão que se tinha sobre os países desenvolvidos e sobre as estratégias que lhes eram aconselhadas. Neste sentido, o subdesenvolvimento era visto como um atraso ao desenvolvimento, a tradição a um obstáculo à modernização, o campo e os meios rurais um passo atrás na caminhada para as cidades e para o progresso, as culturas e mentalidades não europeias um constrangimento à eficiência produtiva e ao bem-estar material, etc. (Amaro, 2003, p. 48).

Até a década de 1960, não havia uma grande preocupação em dissociar a ideia de desenvolvimento da ideia de crescimento económico, uma vez que eram poucos os países que enriqueceram com a industrialização. Nos países de industrialização incipiente, considerados subdesenvolvidos, entre eles o Brasil, foram surgindo evidências de que o intenso crescimento económico da década de 1950 não necessariamente resultou em acesso à saúde, à educação ou bens materiais e culturais, como ocorreu nos países desenvolvidos. Essa percepção suscitou um profundo debate internacional sobre o significado da palavra “desenvolvimento” (Veiga, 2005, p.19).

Nesse contexto, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), criado em 1965, sob a liderança de Mahbub ul Haq e com reconhecida participação de Amartya Sen, criou e coordenou a elaboração do “Relatório de Desenvolvimento Humano”, que só foi lançado em 1990. Para ul Haq e Sen, o desenvolvimento guarda uma estreita relação com a expansão das capacidades humanas e melhoria da qualidade de vida. Para além do crescimento económico, da industrialização e do avanço tecnológico, o de desenvolvimento deve ser capaz de promover vida longa e saudável, acesso à educação e outros recursos necessários para uma vida digna e a capacidade de participar das comunidades (sejam elas locais ou com a visão mais ampliada de país), tanto como agentes quanto como beneficiários das transformações.

Partindo dessa premissa, o PNUD criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com o intuito de ampliar, para além da dimensão económica, a forma de aferir o desenvolvimento de um país ou cidade. O IDH é uma medida composta a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O IDH varia de 0 a 1, sendo este último o mais alto. Acima de 0,8 é considerado alto, o IDH que está entre 0,5 e 0,79 é considerado médio e o IDH inferior a 0,5 é considerado baixo.

O próprio PNUD aponta que o IDH é apenas um ponto de partida e que outras dimensões como a cívica, que observaria a capacidade de participação na tomada de decisão sobre aspectos

que afetam a vida do indivíduo, precisam ser observadas. Apesar da dificuldade de quantificar essa última dimensão e, mais ainda, de resolver atritos diplomáticos diante da miríade de sistemas de governo presentes na Organização das Nações Unidas (ONU), o índice se coloca como um importante contraponto à visão limitante do crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento.

3.3. Desigualdade na teoria econômica

Diante da grande influência da Economia para pensar no desenvolvimento, é importante considerar como a teoria econômica entende as desigualdades. Essa discussão é basilar às compreensões dos dados e estatísticas apresentadas nesta pesquisa como pano de fundo à questão racial.

Segundo Theodoro (2022), o combate às desigualdades após a Segunda Guerra Mundial pôde ser observado tanto no bloco comunista, orientado pela ideia de avanço social para a construção de uma sociedade igualitária, quanto no bloco capitalista, que temia a expansão das ideias do bloco adversário, contribuindo para a melhoria das condições de vida das sociedades duramente atingidas pela guerra. Desta feita, acreditou-se que o aumento da produção de bens de consumo constante com a criação de uma classe trabalhadora e uma classe média consumidora, em uma base politicamente estável e economicamente forte, resultaria em uma redução das desigualdades.

O cenário glorioso que perdurou por três décadas após a Segunda Guerra Mundial, conhecido como Trinta Gloriosos, começou a ruir na década de 1970 com a alta dos preços do combustível, o aumento dos juros internacionais, recessão e desemprego. No bloco comunista a pressão por liberdade política e econômica e as revoltas como as ocorridas na Hungria em 1956 e na Tchecoslováquia em 1968, anunciavam o fim do bloco que aconteceria no início da década de 1990 (Theodoro, 2022).

A década de 1980 marca a volta da pobreza no seio dos países desenvolvidos e o acirramento das desigualdades com o aumento da concentração de renda e a influência de pessoas e empresas com nababescos patrimônios nos cenários político e econômico. Observa-se, então, o embrião da globalização e o surgimento de um cenário econômico no qual a acumulação por ativos financeiros paulatinamente vai se tornando preponderante em detrimento das atividades produtivas, desmobilizando recursos da indústria, do comércio e da agricultura.

Esse cenário gerou um acirramento da geração de emprego e renda.

Theodoro (2022) menciona a diversidade de áreas de estudo - Economia, História e Ciências Sociais - que têm apontado o agravamento das desigualdades. Alguns processos têm sido associados à exacerbação das iniquidades nas últimas décadas como, por exemplo, a financeirização da economia, uma menor capacidade do Estados regularem fenômenos que não se restringem às suas fronteiras, maior fluxo migratório e surgimento de novas demandas sociais. Essa nova conjuntura tem desafiado estudiosos que encontram dificuldades para interpretar determinados fenômenos no mundo globalizado.

Tanto a ideia de desenvolvimento quanto a de crescimento desconsideram a centralidade da questão racial na reprodução de desigualdades. O autor supra mencionado traça um amplo panorama das teorias econômicas e sublinha como, em larga medida, a questão racial não ganha destaque nas análises uma vez que as teorias partem de uma premissa de igualdade entre os grupos sociais.

Ao realizar um estudo sobre o negro estadunidense em 1930, Gunnar Myrdal se deparou com uma questão metodológica: como utilizar um instrumento analítico baseado na igualdade para estudar um grupo percebido como inferior, ao qual diversos atributos negativos estão associados, Myrdal entendeu que:

as escalas e os sistemas de valores, tão importantes como esteio das ciências sociais, devem ser reconhecidos como intervenientes na dinâmica social - e mesmo econômica - e tratados com o devido rigor metodológico (...) um constructo de ideias eivado por preconceitos acaba por definir uma valoração moral e se consolidar como paradigma na economia. Desse ponto de vista, os valores associados ao racismo nos Estados Unidos são, eles próprios, parte do problema, não podendo a ciência estabelecê-los de forma subjetiva e marcadamente prognosticada (Theodoro, 2022, p.36)

O mesmo acontece no caso brasileiro. Não se pode partir da premissa da igualdade para estudar o racismo e suas consequências, uma vez que a sociedade é baseada na desigualdade assentada no racismo, que atribui valores às pessoas baseadas em traços fenotípicos como já nos apontou Oracy Nogueira.

Diante disso, Theodoro localiza uma questão central:

A adoção de preceitos paradigmáticos universais pode não só paralisar o estudioso da questão racial como ainda levá-lo a um impasse tautológico em que seu próprio julgamento de valor surge como ponto de chegada quando, na verdade, era seu ponto de partida (...) Mais importante do que recorrer a uma escala de valores preestabelecida é entender como se dá esse fenômeno do racismo e quais as suas implicações (Theodoro, 2022, p. 37).

Apesar das contribuições para os estudos sobre desigualdade, autores como Gary Backer, Kenneth Arrow e Edmund Phelps, na segunda metade do século passado, localizam o racismo como algo do plano individual, das relações interpessoais, desconsiderando todo processo histórico de consolidação das desigualdades com base no racismo e suas consequências.

Já os estudiosos que têm como tese central o liberalismo econômico, focam a questão das desigualdades na necessidade de igualdade de oportunidades. No entanto, assim como os neoclássicos², assumem o pressuposto que todos iniciam do mesmo ponto de partida. Nesse sentido, oportunidades iguais continuariam a reproduzir desigualdades uma vez que diversos determinantes sociais, incidem na vida dos indivíduos, gerando oportunidades diferentes.

Anthony Atkinson traz importante contribuição ao falar sobre a importância da igualdade de resultados. Atesta que alguns eventos podem reduzir a igualdade e a premissa de justiça, como doença ou eventualidade, a despeito da dedicação do indivíduo, uma eventual exclusão decorrente de diversos tipos de “premiação” que podem gerar oportunidades desiguais e vantagens injustas transmitidas a gerações futuras por desigualdades no tempo presente. Essa última hipótese dialoga de forma muito direta com a perpetuação de desigualdades em sociedades que, apesar da abolição do sistema escravagista, o colonialismo permanece estruturando relações e influenciando o acesso a bens e serviços, inclusive públicos, de forma desigual.

Para Clóvis Moura (2014) a abolição não alterou a estrutura da sociedade brasileira, transformando os senhores de escravos em produtores, mantendo as hierarquias. Desta forma, não podemos negar que o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre. Contudo, as estratégias de dominação antecipadamente estabelecidas fizeram com que o antigo escravo não entrasse sequer como força secundária na dinâmica desse processo, ficando sem função expressiva. Nesta perspectiva, o Brasil arcaico manteve os seus instrumentos de dominação, prestígio e exploração e o moderno foi absorvido pelas forças dinâmicas do imperialismo que também antecederam à Abolição na sua estratégia de dominação.

² A economia neoclássica é uma escola econômica de pensamento que se baseia na ideia de que o valor dos bens é função da utilidade ou da satisfação que lhes é atribuída pelos consumidores.

4. O CAMINHO ATÉ OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ignacy Sachs (2009) questiona a noção de desenvolvimento que pensa a natureza como um entrave ao progresso, fonte de recursos e depósito de resíduos, subordinada ao crescimento econômico. Ressalta a importância de se redefinir prioridades ao pensar no conceito de desenvolvimento, ampliando a visão de que o crescimento econômico por si só não é suficiente, tampouco sustentável.

Em seu livro “Caminhos para o desenvolvimento sustentável”, o autor remonta a relação das principais civilizações antigas com a natureza, a partir do uso de seus recursos (biomassa) para produzir alimentos, ração animal e insumos para vestimentas e habitações, além de combustíveis. Sugere que o conhecimento ancestral, baseado na atenta observação dos eventos naturais, seja um ponto de partida para que as ciências de ponta produzam conhecimentos a partir do paradigma do B ao cubo (Biodiversidade, biomassa e biotécnicas), possibilitando que uma moderna civilização de biomassa produza conhecimentos para uma utilização racional que permita a conservação dos recursos naturais, haja visto que as atividades econômicas guardam uma intrínseca relação com a natureza.

Sachs (2009) chama a atenção para uma nova compreensão no estudo da biodiversidade, que deve ir além de uma catalogação de espécies, contando com cientistas naturais e sociais, a fim de entenderem também o papel da diversidade cultural no processo histórico de evolução. Apesar de citar estudos realizados em diversos países com ecossistemas similares, e a potencialidade de se obter miradas distintas pensando soluções para desafios ambientais similares, uma vez que os ecossistemas também o são, Sachs não introduz em sua análise o impacto do racismo para essa ausência de diversidade. O autor propõe um uso otimizado da biomassa a partir do equilíbrio dos produtos dela originados (combustível, suprimentos, alimento, fertilizante e ração industrial), de acordo com as especificidades agro climáticas e socioeconômicas de cada país, citando, inclusive, estudos já realizados no Brasil, Índia e outros países em desenvolvimento.

O autor retoma o desenvolvimento e os direitos humanos, ideias-força do pós guerra para um recomeço mundial, a fim de uni-los em uma ideia de desenvolvimento que de fato incorpore direitos em uma perspectiva ampla: humanos, políticos, sociais, econômicos e

culturais, incluindo-se aí o direito coletivo ao meio ambiente. Preconiza que a economia precisa dialogar com a ecologia abarcando as questões ambientais e sociais de forma simétrica.

Sachs (2009) se debruça sobre a conservação da biodiversidade como questão ética no campo do desenvolvimento, partindo da ecologização do pensamento que amplia horizontes de tempo-espço tornando um desafio não só para a geração atual, mas também às futuras, de todo o planeta. No entanto, conservar não implica em não atender as necessidades da geração atual, mas sim fazer uma gestão territorial responsável e ética no qual a ciência pode ter um papel não de consertar os problemas causados pelo desenvolvimento pernicioso, mas prevenir que aconteçam se tornando agente de uma “nova forma de civilização fundamentada no uso sustentável de recursos renováveis”.

O autor retoma a ideia de caminho do meio com o conceito de ecodesenvolvimento como possibilidade para a conservação da biodiversidade, uma vez que abarca as dimensões social e ecológica e apresenta exemplos de projetos realizados na Índia e em Madagascar. Destaca o caráter democrático do ecodesenvolvimento ao relatar o planejamento local e participativo das iniciativas envolvendo autoridades locais, comunidades e associações da sociedade civil. No entanto, esse modelo também é desafiador justamente por juntar tantas partes interessadas com interesses distintos. O caminho para o um bom desfecho demanda negociação e a incorporação de outras perspectivas que contribuam para o alargamento do olhar ético e crítico, rompendo com o silenciamento e como epistemicídio. Nas palavras do autor, uma “gestão negociada e contratual dos recursos”, nos fazendo refletir, a partir desse jogo de forças, os limites do desenvolvimento.

4.1. A historicidade do conceito de desenvolvimento sustentável

O encontro preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano que aconteceria no ano seguinte em Estocolmo reuniu pela primeira vez, em 1971, peritos em desenvolvimento e meio ambiente para discutir a relação de dependência entre esses dois temas, produzindo mudanças cruciais no debate sobre desenvolvimento. A Conferência de Estocolmo de 1972, coloca, em escala mundial, a importância do meio ambiente. Apontou um caminho do meio entre o crescimento econômico que em vez de infinito e desenfreado deveria incorporar as vertentes social e ambiental. Uma espécie de reavaliação de prioridades. Em outras palavras, a natureza passa a configurar no cômputo do desenvolvimento.

No campo da ética, o comprometimento não só com a geração atual, mas com as futuras e a responsabilidade com o futuro de todas as espécies se soma aos reflexos no campo epistemológico, que passa a renunciar o paradigma básico do pensamento científico de domínio da natureza e vislumbrar limites aos atributos do progresso técnico. Essa nova construção do pensamento sobre desenvolvimento é um marco a partir do qual se originaria, anos depois, a definição de desenvolvimento sustentável utilizada até hoje: “o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações”, cunhada no Relatório Brundtland ou “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1987 (Sachs, 2009).

Se a Conferência de Estocolmo de 1972 foi um marco para a compreensão da relação do meio ambiente com o desenvolvimento, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, foi um avanço ao popularizar o tema e debater caminhos para a criação de uma agenda comum voltada a garantir a sustentabilidade às gerações futuras a partir de um desenvolvimento que considerasse as pessoas e o meio ambiente como elementos essenciais do processo. A Conferência ficou conhecida por alguns nomes: Cúpula da Terra, Eco 92 e Rio 92.

Nesta Conferência os representantes dos 114 países participantes assinam a Agenda 21, um documento que registra um esforço até então inédito: um conjunto de compromissos globais e propostas práticas para o desenvolvimento sustentável no século XXI que buscavam combinar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental.

O texto, dividido em 40 capítulos, é agrupado em 4 seções: dimensões sociais e econômicas; conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento; fortalecimento do papel dos grupos principais; e meios de implementação. O mesmo trata de temas como combate à pobreza, alterações no padrão de consumo, o papel da cooperação internacional frente ao desenvolvimento sustentável, promoção e proteção da saúde humana, proteção dos oceanos, florestas e da atmosfera, gerenciamento e proteção de ecossistemas, equidade de gênero, infância e juventude, trabalhadores e seus sindicatos, indústria, entre outros, voltados ao desenvolvimento sustentável.

A amplitude do conceito do desenvolvimento sustentável permitiu que diversos setores, cada qual a seu modo, definissem o sentido de “sustentável” do desenvolvimento. A sociedade

civil se engajou no debate a partir do Fórum Global, espécie de conferência paralela que reuniu mais de 6500 organizações não governamentais de mais de 170 países e de movimentos sociais das mais diversas causas.

O Fórum Global tinha três objetivos claramente definidos: a) ser um espaço de encontro para ecologistas de todo o mundo; b) aprimorar os debates sobre questões globais, incluindo pobreza, desenvolvimento e meio ambiente, e atuar como uma expressão política da sociedade civil organizada, influenciando as discussões na Conferência oficial. Embora os dois primeiros objetivos tenham sido atingidos, apenas metade do terceiro foi realmente cumprido: o Fórum Global tornou-se de fato uma expressão política da sociedade civil, mas não conseguiu impactar as deliberações da Cúpula da Terra (Oliveira, 2019).

A proposta das ONGs brasileiras deslocou o problema do desenvolvimento do âmbito econômico para o ético. Este deslocamento não se limitava apenas à ética, mas principalmente à esfera política. Os debates conduzidos no Fórum Global foram resultado da politização das questões ambientais, em contraste com a abordagem centrada na gestão de recursos adotada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Serrano; Luchiar, 1993, p. 28).

O mundo corporativo por sua vez, se dividiu entre os que ignoravam o debate iniciado na década de 1970 e os que entendiam o cenário como uma ruptura com o padrão de desenvolvimento obsoleto e demandava ajustes, com foco na longevidade das empresas. Escrito em 1997 por John Elkington, “Canibais com garfo e faca”, é um marco no debate sobre sustentabilidade no mundo corporativo. É responsável por introduzir o conceito *triple bottom line* que em Português ficou conhecido como tripé da sustentabilidade, ou seja, a leitura dos resultados da empresa a partir dos três pilares: prosperidade econômica, qualidade ambiental e justiça social. Ou segundo a analogia de Elkington, os três dentes do garfo que transformariam o canibalismo corporativo em capitalismo sustentável.

Elkington trata dos desafios enfrentados por empresas que desejavam se manter perenes em um mundo em transformação onde o capitalismo triunfou após a derrocada do comunismo e a as discussões sobre desenvolvimento sustentável suscitadas pela Conferência do Meio Ambiente Humano, realizada em 1972 pela Organização das Nações Unidas, fomentavam uma revolução ambiental que na década seguinte ganharia proporções inéditas impactando o mundo corporativo ao descortinar o poder predatório das indústrias e chamando atenção para a

importância da conservação ambiental, também para mercados e indústrias. Em outras palavras, tratava-se de uma nova cultura empresarial que surgia para adaptação aos novos tempos. Nas palavras de Robert Shapiro, então CEO da Monsanto: “Estamos vendo uma das grandes descontinuidades da história econômica e social, que criam oportunidades incríveis. Em momentos como esse tudo está para ser alcançado”. A questão era, como e por quem. Que tipos de atividades financeiras, industriais seriam necessárias e promovidas no mundo sustentável.

Retomando a importância do desenvolvimento sustentável como caminho para a solução de um leque amplo de problemas, sejam ambientais ou sociais, que geram impactos econômicos positivos, o autor conecta diretamente essa ambiência positiva, que inclui pessoas e meio ambiente, com a necessidade que os negócios têm de mercados estáveis. O ajuste aos três pilares tornaria uma empresa não só possível, mas competitiva no século XXI, entre outros fatores, ao se aproximar das diversas partes interessadas do negócio.

No entanto, essa convergência entre a sustentabilidade e o capitalismo não é simples, especialmente no cenário que se desenhava onde os governos se enfraquecem, as corporações internacionais ganham mais poder e a globalização se expandia, levando a todas as nações industrializadas a instabilidade gerada pela autofagia capitalista. O que Elkington nos coloca é que a sustentabilidade ainda está longe de ser alcançada uma vez que o campo como um todo precisa mudar e não só uma empresa ou uma indústria. Ou seja, o desafio é estrutural e demanda uma mudança de cultura que desafia o capitalismo a novamente se reinventar, porém em outra direção diferente da guiada exclusivamente pela prosperidade econômica.

Nesse sentido, é importante pontuar que alguns tópicos da Agenda 21 podem causar desequilíbrio se apropriados com o intuito de promover apenas o crescimento econômico. Um exemplo disso é a parceria entre os setores público e privado incentivada pela Agenda 21. Embora esse tipo de colaboração possa ser benéfico, pode também promover uma maior influência das corporações na elaboração de políticas, potencialmente privilegiando interesses próprios em detrimento de questões sociais e ambientais. Em um contexto neoliberal de intervenção mínima do Estado, e redução da regulamentação ambiental, muitas vezes a natureza é vista e tratada como *commodity* que deve servir ao progresso e não atrapalhá-lo, regredindo na discussão sobre o impacto das condições ambientais para o desenvolvimento. Além da Agenda 21, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento produziu mais três documentos: a) Declaração do Rio, que delinea os princípios e

compromissos dos países participantes em relação ao desenvolvimento sustentável, bem como os valores e objetivos que orientam a ação global para garantir um equilíbrio entre desenvolvimento econômico, social e ambiental; b) Declaração de princípios sobre florestas, que estabelece princípios e diretrizes para a gestão sustentável das florestas, reconhecendo a importância das mesmas para a sustentabilidade global e delineando estratégias para sua conservação e uso sustentável, c) Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC): Embora a UNFCCC não tenha sido negociada durante a Cúpula da Terra, sua elaboração e abertura para assinatura ocorreram em junho de 1992, no contexto da conferência. Esta convenção é um dos principais instrumentos internacionais para enfrentar as mudanças climáticas.

4.2 Objetivos do Milênio (ODM)

Apesar do conceito de desenvolvimento sustentável ter sido popularizado na Cúpula da Terra em 1992, a Agenda 21, agenda de desenvolvimento validada nesta Conferência, teve um nítido foco na preservação ambiental. No entanto, o conceito de desenvolvimento sustentável abarca três pilares indissociáveis: crescimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental.

Figura 1- Pilares do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Elaboração própria.

Desse modo, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) surgiram a partir de cúpulas multilaterais sobre o desenvolvimento humano realizadas ao longo dos anos 1990. Este processo de construção envolveu a participação de especialistas de destaque e teve como focos principais a redução da extrema pobreza e da fome.

Figura 2- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)



Fonte: ODM Brasil.

A Declaração do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram adotados pelos 191 Estados-Membros da Organização das Nações Unidas, em setembro de 2000, como resultado da Cúpula do Milênio. A Conferência estimulou os países a enfrentarem os principais desafios sociais no início do século XXI, traduzidos em oito objetivos que representaram o primeiro arcabouço de políticas para o desenvolvimento com orientações de ação aos governos em níveis internacional, nacional e local ao longo de 15 anos. Cada um dos oito Objetivos era acompanhado de metas globais correspondentes que podiam ser monitoradas por indicadores específicos.

Em outubro de 2003, um Decreto Presidencial criou o "Grupo Técnico para Acompanhamento das Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio" que teve como uma das atividades adaptar os ODM, suas metas e indicadores à realidade brasileira - processo incentivado pela ONU a todos os países.

Dessa forma, em alguns casos, as metas e indicadores nacionais eram diferentes, mais ambiciosos do que aqueles adotados em nível global. Essa "nacionalização", incentivada pela ONU a todos os países, fez também com que o número de metas e indicadores brasileiros fosse maior que os números globais (Roma, 2019, p. 34).

O desempenho do Brasil em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foi viabilizado pela participação social e pela implementação de políticas públicas em áreas correlatas aos Objetivos, além de medidas para o estabelecimento de uma parceria global para o desenvolvimento sustentável (Roma, 2019). Objetivos bem definidos geraram resultados nos anos de vigência da agenda de desenvolvimento, as quais resultaram em impactos positivos, a despeito dos diversos desafios não foram superados. Cada um dos ODM foi alvo de políticas públicas específicas, que aproximaram o Brasil do alcance das metas estabelecidas.

Com base nos dados da plataforma ODM Brasil do Governo Federal, apresento de forma resumida, os resultados brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Objetivo 1 - Acabar com a fome e a miséria

A meta estabelecida pela Organização das Nações Unidas de reduzir pela metade os índices de fome e pobreza extrema até 2015, em relação aos níveis de 1990, foi atingida pelo Brasil em 2002. Além disso, em 2007, a meta nacional de diminuir a proporção de indivíduos em situação de pobreza para um quarto do valor registrado em 1990, mesmo sendo mais ambiciosa, foi alcançada e superada em 2008.

O programa "Brasil sem Miséria" contribuiu significativamente para esse esforço, visando retirar mais de 16 milhões de brasileiros da extrema pobreza. Por meio de uma busca ativa, que identificou indivíduos em situação de vulnerabilidade, foram incluídas no Cadastro Único, entre junho de 2011 e março de 2012, 687 mil novas famílias, que passaram a receber o benefício do Bolsa Família. Em maio de 2012, o programa beneficiava 13,5 milhões de famílias.

Outra iniciativa integrante do "Brasil sem Miséria" foi o programa "Brasil Carinhoso", lançado em maio de 2012. Seu objetivo era erradicar a miséria em todas as famílias com crianças de 0 a 6 anos, além de ampliar o acesso à creche, pré-escola e serviços de saúde. O benefício destinado a superar a pobreza extrema era de, no mínimo, setenta reais por pessoa, direcionado às famílias extremamente pobres com crianças nessa faixa etária. O início dos pagamentos, em junho de 2012, resultou em uma redução de 40% na taxa de extrema pobreza.

Objetivo 2 - Educação Básica de qualidade para todos

No período dos ODM, observaram-se avanços relevantes em relação ao acesso e desempenho educacional de crianças e jovens no Brasil. Em 2009, a frequência ao ensino fundamental alcançou 95,3% da faixa etária de 7 a 14 anos, enquanto 75% dos jovens que atingiram a maioria concluíram o ensino fundamental.

Apesar disso, o Brasil enfrentava desafios relacionados a uma baixa taxa de conclusão escolar, resultado dos elevados índices de repetência e evasão. Contudo, a educação básica brasileira já alcançava 98% da população, atendendo a mais de 50 milhões de crianças e jovens, desde a educação infantil até o ensino médio, contando com dois milhões de professores.

O investimento em educação básica totalizou R\$ 114,3 bilhões em 2012, representando um aumento de 19,12% em comparação a 2011. Além disso, houve um reajuste de 21,2% no valor mínimo investido por aluno, também em relação ao ano anterior.

Objetivo 3 - Igualdade entre os sexos e valorização da mulher

Embora o Brasil tenha atingido as metas estipuladas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em termos de acesso à educação, persistiram as desigualdades significativas entre os gêneros no mercado de trabalho, nos rendimentos e na esfera política, além da contínua da violência doméstica contra as mulheres.

O Brasil desenvolveu Programas com o objetivo de promover a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a inclusão produtiva e a geração de renda, tanto em áreas urbanas quanto rurais, além de enfatizar a responsabilidade do Estado na prestação de cuidados e na educação infantil. O país também ratificou um acordo federativo em torno do "Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher", que abordou as dimensões da prevenção, assistência, combate e garantia de direitos das mulheres.

Entre 2003 e 2011, houve um aumento de 17,3% na População Economicamente Ativa (PEA) feminina, em comparação com um aumento de 9,7% na PEA masculina. A participação das mulheres na PEA aumentou de 44,4% em 2003 para 46,1% em 2011, e sua participação na população ocupada aumentou de 43,0% para 45,4% no mesmo período. As disparidades nos rendimentos do trabalho também diminuíram.

Entre 2003 e 2011, o rendimento real médio das mulheres aumentou 24,9%, uma variação superior à observada entre os homens. Em 2011, a remuneração média das mulheres

correspondeu a 72,3% da dos homens, representando uma leve melhora em relação a 2003, quando essa proporção era de 70,8%.

Objetivo 4 - Redução da mortalidade infantil

A taxa de mortalidade infantil, definida como o número de óbitos de crianças menores de um ano a cada mil nascidos vivos, experimentou uma queda significativa ao longo da última década de 2000 no Brasil. Em 2000, essa taxa era de 29,7 por mil nascidos vivos, diminuindo para 15,6 por mil nascidos vivos em 2010. Essa redução foi suficiente para superar a meta estabelecida para 2015, que era de 15,7 por mil nascidos vivos. A região Norte apresentou a queda mais pronunciada, com uma redução de 58,6%, embora ainda mantenha a taxa mais alta do país, registrando 18,5 por mil nascidos vivos.

No período entre 1990 e 2010, a taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos também demonstrou uma queda acentuada de 65%, passando de 53,7 para 19 óbitos por mil nascidos vivos. Esses indicadores refletem uma tendência de queda tanto na mortalidade infantil (menores de um ano) quanto na mortalidade na infância (menores de cinco anos) ao longo desse período. A distribuição dos óbitos infantis se concentra principalmente nos primeiros meses de vida, particularmente no período neonatal precoce (0 a 6 dias) e no período neonatal tardio (7 a 27 dias).

Objetivo 5 - Melhorar a saúde da gestante

Apesar de promover melhorias, o país não conseguiu atingir a meta estabelecida de reduzir em três quartos a razão da mortalidade materna entre 1990 e 2015. De acordo com estimativas da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, a razão da mortalidade materna era de 141 por 100 mil nascidos vivos em 1990, diminuindo para 68 por 100 mil nascidos vivos em 2010. Entre janeiro e setembro de 2011, houve uma queda de 21% na mortalidade materna, com 1.038 óbitos por complicações na gravidez e parto, em comparação com 1.317 no mesmo período de 2010. A meta estabelecida visava atingir 35 óbitos por 100 mil nascidos vivos até 2015.

O governo federal implementou o "Saúde Mais Perto de Você" e a "Rede Cegonha", composta por quatro componentes: pré-natal; parto e nascimento; puerpério e atenção integral à saúde da criança; e sistema logístico, incluindo transporte sanitário e regulação.

Em 2011, a tendência de redução dos óbitos maternos prosseguiu, com uma diminuição de 21% em relação a 2010. No primeiro semestre de 2011, foram notificados 705 óbitos por causas obstétricas, em comparação com 870 no mesmo período de 2010. De 2003 a 2010, houve um aumento de 125% no número de gestantes que realizaram sete ou mais consultas de pré-natal, enquanto a proporção de mães brasileiras que não fizeram nenhuma consulta diminuiu de 4,7% para 1,8%. Em 2011, mais de 1,7 milhão de gestantes realizaram pelo menos sete consultas de pré-natal.

Objetivo 6 – Combater a Aids, a malária e outras doenças

A abordagem brasileira no combate à epidemia de HIV/Aids tornou-se uma referência global. Desde o início da epidemia em 1980 até junho de 2011, o Brasil registrou 608,2 mil casos de Aids, com uma queda na taxa de incidência de 20,0 por 100 mil habitantes em 2003 para 17,9 por 100 mil habitantes em 2010. Em 2010, foram notificados 34.218 novos casos da doença.

O controle da malária no Brasil durante a vigência dos ODM registrou o número de exames positivos por mil habitantes diminuindo de 33,2 em 1990 para 13,1 em 2010. A malária estava concentrada na região norte do país (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima), com mais de 95% dos casos.

No que diz respeito à tuberculose, o Brasil registrou uma redução da incidência, com o número de casos novos por 100 mil habitantes caindo de 51,8 em 1990 para 37,6 em 2010. O Brasil conseguiu antecipar em cinco anos o cumprimento da meta estabelecida pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que era reduzir pela metade os óbitos pela doença entre 1990 e 2015.

Assim como no caso do HIV/Aids, os gestores da saúde se empenharam em estruturar a vigilância epidemiológica para lidar com essas e outras doenças transmissíveis, como a tuberculose e a dengue. O maior desafio foi combater a dengue, cuja incidência registrou aumento durante o monitoramento dos indicadores. No Brasil, de janeiro a abril de 2010, foram registradas 467 mortes causadas por dengue, enquanto de janeiro a abril de 2012, foram 74 óbitos. Os casos graves diminuíram de 11.485 para 1.083 no mesmo período, representando uma queda de 84% dos óbitos e uma redução de 91% nos casos graves.

Para combater essas doenças, foram instituídos programas nacionais de controle da malária, da dengue e da tuberculose, visando reduzir a incidência e o número de vítimas.

Objetivo 7 – Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente

A taxa de desmatamento na Amazônia entre agosto de 2010 e julho de 2011 alcançou o seu valor mínimo registrado desde a primeira medição conduzida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) em 1988. A área desmatada de 6.418 km² durante esse período representa uma redução de 76,9% em relação aos registros de 2004, quando foi implementado o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. Atualmente, 81,2% da cobertura florestal original da Amazônia permanece conservada.

Em relação aos compromissos estabelecidos em Copenhague, o Brasil já reduziu as emissões de gases de efeito estufa em 19,2% até 2011, principalmente devido à diminuição do desmatamento na Amazônia. Esse valor corresponde a mais da metade da meta voluntária de redução de 36,1% a ser alcançada até 2020. No que diz respeito ao desmatamento, o compromisso é reduzir em 80% em relação à média anual entre 1996 e 2005, e a redução atual já corresponde a 67% desta meta.

O Brasil dispunha, em 2012, de 75,1 milhões de hectares de Unidades de Conservação Ambiental federais e 109,77 milhões de hectares de terras indígenas homologadas, abrangendo aproximadamente 12,9% do território nacional, e contribuindo para a preservação de 30% da biodiversidade brasileira.

Até maio de 2012, cerca de 23 mil famílias que residiam ou trabalhavam em áreas de florestas nacionais, reservas federais extrativistas ou de desenvolvimento sustentável, bem como em assentamentos ambientalmente sustentáveis, estavam recebendo pagamento trimestral de R\$ 300 para continuar contribuindo com a conservação dos recursos naturais.

O Brasil alcançou as metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em relação ao abastecimento de água, com aproximadamente 91,9% dos domicílios urbanos conectados à rede de abastecimento, e uma cobertura total de aproximadamente 97,4% quando incluídas as fontes alternativas, como poços. No semiárido, foram distribuídas 123.291 cisternas até julho de 2012, beneficiando mais de 123 mil famílias.

Entretanto, no que concerne ao saneamento básico, o país não atingiu a universalização, com apenas 75,3% dos domicílios ligados à rede coletora ou a soluções individuais, como fossas sépticas até o fim do prazo da agenda.

Objetivo 8 – Todo mundo trabalhando para o desenvolvimento

Promover o desenvolvimento se tornou uma responsabilidade compartilhada pela comunidade internacional como um todo na agenda dos ODM. No contexto brasileiro, a implementação de políticas públicas foi o caminho adotado para aprimorar a inclusão social.

Nesse sentido, é necessário destacar a importância dos governos municipais e da atuação da sociedade civil para o sucesso da implementação dos ODM. Os municípios são responsáveis pela gestão de Programas de transferência de renda que contribuem para o combate à pobreza, políticas públicas de educação, saúde e meio ambiente, além da elaboração do Plano Diretor, importante instrumento que orienta o desenvolvimento das cidades. Já a sociedade civil, participou tanto dos processos de elaboração e monitoramento de políticas públicas através da presença em conselhos, conferências, ouvidorias e audiências públicas quanto do acompanhamento dos ODM através de núcleos criados no âmbito da Campanha “Nós Podemos – 8 Jeitos de Mudar o Mundo, de promoção das metas do milênio.”, lançada pelo Governo Federal, PNUD e organizações da sociedade civil para divulgar os ODM. (Agenda Pública, 2009)

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio trouxeram um grande aprendizado: traçar objetivos é o melhor mecanismo para alcançar melhores resultados de desenvolvimento, muitas vezes quantificáveis, que facilitam o monitoramento e avaliação da implementação da Agenda.

Figura 3- Agendas de Desenvolvimento da ONU e suas Conferências (1992 - 2015)



Fonte: Agenda 2030 – Movimento Nacional ODS Sergipe (movimentoods.org.br)

A Cúpula das Nações Unidas sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) – oficialmente denominada Reunião Plenária de Alto Nível da Assembleia Geral, realizada em 2010, que teve como objetivo analisar a implementação dos ODM, recomendou a aceleração da concretização da Agenda vigente e orientações para a Agenda seguinte, que viria a ser construída após 2015.

Outro marco importante para a construção da nova agenda para o desenvolvimento foi a realização, em junho de 2012, da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que reuniu delegações de 193 países com Chefes de Estado e representantes da sociedade civil para avaliar o progresso das recomendações resultantes de conferências anteriores. Três assuntos ganharam destaque na Rio+20: o combate à pobreza, a economia verde - ambos no âmbito do desenvolvimento sustentável e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a Rio+20 aproxima dimensões do desenvolvimento sustentável que caminhavam de forma dissociada: a ambiental, que ficou muito associada ao tema após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92 ou ECO 92) e o combate à pobreza, que foi o tema central da Cúpula do Milênio e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

A Rio+20 consolidou o entendimento de que um futuro mais inclusivo e perene demanda uma construção coletiva e colaborativa para combater a pobreza através do crescimento economicamente sustentável capaz de gerar mais oportunidades a todas as pessoas, reduzir desigualdades e promover uma melhor qualidade de vida com justiça social e uma gestão sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas.

4.3 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A partir de 2012 iniciou-se um longo processo de consulta às partes interessadas sobre temas de interesse global. Um Grupo de Trabalho com representantes de 70 países, composto por experts da sociedade civil, comunidade científica e do sistema das Nações Unidas foi responsável por elaborar uma proposta que incorporasse um leque amplo de perspectivas e experiências para a nova agenda de desenvolvimento a ser implementada após 2015. As contribuições foram compiladas em agosto de 2014 e o texto finalizado com a proposta de uma agenda global composta pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e das 169 metas a serem alcançados até 2030, foi submetido à apreciação da Assembleia Geral da ONU em 2015, que adotou a partir de então o documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. A nova Agenda de Desenvolvimento, cujo lema é “não deixar ninguém para trás”, abrange 17 Objetivos integrados e indivisíveis, que buscam equilibrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável, a saber:

1. Erradicação da pobreza - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2. Fome zero e agricultura sustentável - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3. Saúde e bem-estar - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4. Educação de qualidade - Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

5. Igualdade de gênero - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Água limpa e saneamento - Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.
7. Energia limpa e acessível - Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.
8. Trabalho decente e crescimento econômico - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.
9. Inovação infraestrutura - Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.
10. Redução das desigualdades - Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.
11. Cidades e comunidades sustentáveis - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Consumo e produção responsáveis - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13. Ação contra a mudança global do clima - Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
14. Vida na água - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares, e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15. Vida terrestre - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade.
16. Paz, justiça e instituições eficazes - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

17. Parcerias e meios de implementação - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em setembro de 2023, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou o ODS 18 que versa sobre a promoção da igualdade racial. Suas metas ainda serão elaboradas e implementadas voluntariamente pelo Brasil.

Para alcançar o cumprimento dessa ampla agenda é necessário a participação de diversas partes interessadas como governos, universidades e centros de pesquisa, organizações da sociedade civil, organizações multilaterais, entre outros. Nesse sentido, o processo de localização dos ODS, ou seja, a adaptação da agenda global para a realidade local é de extrema importância.

Ramos (2015) apresenta o processo no Brasil:

“A governança para implementação dos ODS foi instituída por meio do Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016, que criou a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS). (...) Assim, as tarefas de “nacionalização” das metas e indicadores foram atribuídas ao Ipea e ao IBGE, respectivamente, definidos como órgãos de assessoramento permanente da CNODS no âmbito de sua estrutura de governança. (...) Em síntese, de um total de 169 metas globais encaminhadas pela ONU, 167 foram consideradas pertinentes ao país, ainda que muitas delas tenham requerido alterações no texto para se adequarem às especificidades nacionais” (Ramos, 2015, p.38-39)

Figura 4- Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Organização das Nações Unidas, Brasil

O processo de localização dos ODS demanda um amplo processo que extrapola a árdua tarefa de adaptação da Agenda. A lição aprendida com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, nos mostra que além de metas quantificáveis, a participação dos governos locais e das organizações da sociedade civil implementando e monitorando políticas públicas é de grande relevância para alcançar um desenvolvimento sustentável mais participativo e com adesão aos territórios.

No entanto, a conjuntura política no Brasil não apresentava uma ambiência favorável à implementação da Agenda. O ano de 2016 foi marcado por uma profunda crise política do país agravada pelo processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff em agosto do mesmo ano, fato repercutido nacional e internacionalmente. O então vice-presidente, Michel Temer, ainda como interino, iniciou as reformas ministeriais e orçamentárias para controlar o déficit público, iniciando com a extinção de pastas sociais, tais como: da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos, da Juventude, da Cultura, do Desenvolvimento Agrário, das Mulheres, das Comunicações, e a Controladoria-Geral da União (CGU), cuja parte de suas competências foram abarcadas pelo novo ministério da Transparência, Fiscalização e Controle³. Da mesma forma, os cargos dos ministros que os ocupavam também foram extintos. Em decreto presidencial⁴, os R\$ 12,9 milhões de dotações orçamentárias que compunham os ministérios da Igualdade Racial, Mulheres, Direito Humanos e da Juventude foram transferidos para a Presidência da República - retrato do novo governo sem a presença de mulheres e negros no primeiro escalão do Poder Executivo.

O governo interino também lançou a Medida Provisória N.º.727, que se tornou lei após o impeachment, que instituiu o Programa de Parcerias de Investimento (PPI). O governo afirmou que a proposta tinha como objetivo eliminar os "entraves burocráticos e excessos de interferência do Estado" que estavam presentes nas concessões. As concessões e vendas de ativos públicos combinadas com investimentos em infraestrutura, agora administrados por capital privado, foram consideradas um esforço para reativar a economia e abastecer os cofres públicos. Esses esforços incluem 25 projetos em pelo menos sete setores, incluindo o de

³ Media provisória 726/2016, posteriormente convertida em lei em setembro/2016: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13341.htm

⁴ Media provisória 726/2016, posteriormente convertida em lei em setembro/2016: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13341.htm

mineração.

A custo do rebaixamento dos gastos sociais e trabalhistas, a MP ainda elimina os ‘obstáculos’ ambientais que possam interferir na rentabilidade dos investidores privados, em nome da “ordem” e “progresso”. E por liberação dos empreendimentos do PPI entende-se:

“liberação a obtenção de quaisquer licenças, autorizações, registros, permissões, direitos de uso ou exploração, regimes especiais, e títulos equivalentes, de natureza regulatória, ambiental, indígena, urbanística, de trânsito, patrimonial pública, hídrica, de proteção do patrimônio cultural, aduaneira, minerária, tributária, e quaisquer outras, necessárias à implantação e à operação do empreendimento” (Lei Nº13.334/2016).

Não bastasse o retrocesso em relação à autonomia das comunidades tradicionais sobre seus territórios com a flexibilização da legislação ambiental e do novo código de mineração, a MP (transformada em Lei em setembro de 2016 pós-*impeachment*) acentua esse processo uma vez que os órgãos de licenciamento podem agora ser convocados pelo Executivo para a emissão de licença em atendimento aos mega empreendimentos de infraestrutura.

Soma-se a isso, a aprovação no Senado da Proposta de Emenda Constitucional - PEC 55 (antes PEC 241 na Câmara dos Deputados), com novo regime fiscal que limita o investimento em saúde e educação com a suspensão de receitas por 20 anos. A PEC é um retrocesso de mais de 80 anos às conquistas históricas dos movimentos sociais. Inviabiliza direitos sociais básicos e traz grandes danos para populações mais vulneráveis, notadamente a negra e periférica, ainda muito dependentes dos serviços públicos.

No campo da participação popular e controle social é importante citar o Decreto Presidencial Nº 9.759, de 11 de abril de 2019⁵, já na gestão do presidente Jair Bolsonaro, que “Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal” e revoga a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social, cerceando a participação da sociedade civil na elaboração e no monitoramento de políticas públicas. Esse decreto extinguiu a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), entre outros conselhos, comitês, comissões, grupos, juntas, equipes, mesas, fóruns, salas e outras denominações dada a grupos semelhantes. Tal ação sinalizou um descomprometimento do governo federal com a Agenda

⁵ [DECRETO Nº 9.759, DE 11 DE ABRIL DE 2019 - Imprensa Nacional \(in.gov.br\)](#) acessado em 04 de abril de 2024

2030 que prevê a ampla participação e engajamento de todas as partes interessadas - governos (em todas as suas instâncias), empresas, universidades, sociedade civil como um todo, na eliminação da pobreza e da fome, na preservação ambiental e na promoção da justiça social.

Essa conjuntura de intensificação dos retrocessos contra direitos conquistados ao longo de anos de luta, com significativa participação de movimentos sociais e organizações em defesa de direitos, foi só o início de anos marcados pelo obscurantismo, pela redução da participação social, desmonte de políticas públicas - sobretudo as sociais e ampliação das desigualdades, quadro que foi acirrado pela pandemia de COVID-19 iniciada em março de 2020.

Mesmo diante desse cenário adverso, a sociedade civil organizada manteve as ações do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSC A2030), composto por organizações não governamentais, movimentos sociais, fóruns, redes, universidades, fundações e federações brasileiras. O Grupo foi criado em 2014 a partir do acompanhamento de diversas organizações às negociações que resultaram na formulação da Agenda 2030. Este grupo é responsável pela elaboração do Relatório Luz, um documento anual de monitoramento que conta com a participação de especialistas nas áreas abrangidas pelos dezessete ODS.

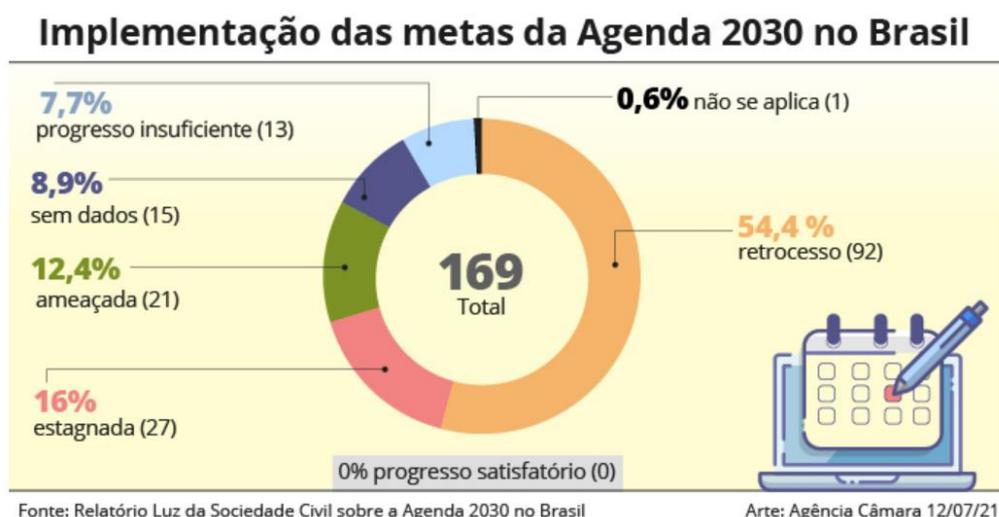
O documento classifica a implementação das metas como: retrocesso (quando as políticas ou ações correspondentes foram interrompidas, mudadas ou sofreram esvaziamento orçamentário); ameaçada (quando, ainda que não haja retrocesso, a meta está em risco, por ações ou inações cujas repercussões comprometem seu alcance); estagnada (se não houve nenhuma indicação de avanço ou retrocesso estatisticamente significativos); progresso insuficiente (se a meta apresenta desenvolvimento lento, aquém do necessário para sua implementação efetiva); e progresso satisfatório (a meta está em implementação com chances de ser atingida ao final da Agenda 2030).

Uma análise das três primeiras edições do Relatório (2017 a 2020) aponta um cenário político hostil, cujo “déficit intencional (por parte do governo brasileiro) de informações oficiais de qualidade” prejudica o acompanhamento das metas em si e demonstra muito nitidamente o caminho contrário à Agenda 2030. Partindo do Princípio dos 5Ps (pessoas, prosperidade, planeta, paz e parceria) os Relatórios indicam áreas e temas essenciais para o desenvolvimento sustentável no país. O cuidado com as pessoas ficou fragilizado com a PEC do Teto de Gastos e as reformas trabalhista e previdenciária, bem como a flexibilização da legislação ambiental; O documento propõe pensar “Prosperidade” considerando a boa gestão

dos recursos públicos e naturais, bem como a promoção da sustentabilidade ambiental, ao contrário do que se percebia; O cuidado com o Planeta, pilar constitutivo do desenvolvimento sustentável, foi tratado com desdém e desimportância, sobretudo nos temas ligados às mudanças climáticas que atingem desigualmente meninas, mulheres, pessoas negras e indígenas; Já a Paz estaria ligada à justiça social que necessita de dados para realizar o diagnóstico das desigualdades a fim de corrigi-las (Gehre; Remígio, 2020).

Dados do Relatório Luz de 2021 mostraram que o Brasil não avançou suficientemente em nenhuma das 169 metas da Agenda 2030: 54,4% estão em retrocesso, 16% estão atrasados, 12,4% estão em risco e 7,7% não estão progredindo suficientemente.

Figura 5 - Implementação das metas da Agenda 2030 no Brasil - Relatório Luz 2021



Mesmo diante de tão devastador cenário político, da ausência de dados, retrocesso de direitos e corte de investimentos em áreas fundamentais como educação e saúde, o Relatório nos lembra da importância da participação e o poder de mobilização da sociedade civil para a implementação da Agenda 2030 e de um desenvolvimento sustentável.

5. MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR

5.1 Hierarquias raciais, construção e reprodução do racismo

A raça se torna um mecanismo de constituição de diferenças que vai estabelecer o lugar do sujeito moderno como referência de humanidade e marcadora de uma identidade hegemônica, legitimadora, portanto, de hierarquias e desigualdades que vão se consolidar a partir da expansão do capitalismo e do colonialismo europeu desde o século XV. Segundo Fanon (2020), o racismo se torna um dos principais mecanismos, dentro do arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial, a fundamentar dois campos identitários demarcados pela cor, o Branco e o Negro, e que determina uma divisão ontológica que relega o negro à “zona de não ser”. Grada Kilomba (2019), ao retomar as reflexões de Fanon, situa essa “zona de não ser” do negro na perspectiva da “outridade”, em que o sujeito Negro é sempre construído como outro, e o sujeito branco, única referência possível no campo da constituição do Sujeito, determina assim sua existência pela defesa do ego, que consiste em projetar no outro negro tudo que é considerado negativo e mau.

Porque nas narrativas dominantes nós somos construídos como o Outro (...) a personificação do que a sociedade não quer ser. Isso permite que a branquitude se construa como ideal, a norma, a normalidade, sinônimo de Humanidade. (...) o sujeito branco desenvolve duas atitudes em relação à realidade: as partes boas do ego, são vivenciadas como partes do Eu. E as partes más são projetadas nos outros, e vivenciadas como objetos externos maus (...) que incorpora o que a sociedade branca tornou taboo: a agressão e a sexualidade (Kilomba, 2019, p. 34).

Quijano (2005), ao analisar o avanço do capitalismo pela perspectiva racial, entende que este cria uma sistemática divisão racial do trabalho. Tal divisão vai se aprofundando ao longo dos séculos, ganhando novas roupagens. No século XIX, teorias sobre a raça ganharam uma perspectiva científica fundamental para consolidar a ideia de uma diferença biológica entre as raças humanas, que teria repercussão na diferenciação social entre esses grupos, com implicações decisivas para a transição do Império para a República, quando tais teorias e políticas raciais vão se tornar cada vez mais presentes, principalmente no campo das políticas migratórias em que o incentivo à vinda de migrantes europeus visa atender a “melhoria”, via o embranquecimento, da população brasileira. A compreensão de que a modernização do país tinha uma relação direta com o seu embranquecimento evidencia a discussão fundamental que se pretende aprofundar nesta pesquisa, ou seja, a ideia de que o desenvolvimento tem relação

direta com a branquitude (Bento, 2022). Antes, porém, de entender o avanço das teorias científicas e biológicas sobre raça, convém situar historicamente a transição do período colonial para o período imperial, no século XIX.

O debate sobre raça ganha força nas Américas durante os processos de independência e no Brasil, mais especificamente, a partir de 1822, quando se torna necessário inventar uma nova identidade nacional: a brasileira, que deveria se diferenciar de duas identidades externas: por um lado, a do colonizador português, e por outro lado, a do africano escravizado. Hebe Matos, ao discutir as relações entre identidade, escravidão e cidadania no Brasil oitocentista, procura compreender como se deram as primeiras tentativas de se definir a “cidadania brasileira” no quadro de uma nascente nação, em busca de uma identidade nacional, estruturada pela escravidão e que detinha então os maiores contingentes, tanto de populações escravas quanto de população livre afrodescendente do continente (Mattos, 2000, p. 7). O Império brasileiro procura avançar, ao longo do século XIX, na construção de uma identidade nacional a partir dessas duas noções concebidas de forma interligada: raça e cidadania, em estreita relação com o dilema teórico entre liberalismo e escravidão (Mattos, 2000, p. 13). A manutenção da escravidão ao longo do século XIX, no quadro dos países que se formavam sob as ideologias liberais, se justifica com base no direito de propriedade. Apesar de promulgar Constituições pautadas no liberalismo, que reconhecia a igualdade entre os homens, o direito à propriedade garantia a manutenção da escravidão, tanto no Brasil como nos Estados Unidos. Ao fazer um apanhado da relação entre escravidão e cidadania, a autora percorre o período colonial, no sentido de compreender que o “estatuto da pureza de sangue” de Portugal, ao limitar o acesso a cargos públicos e títulos honoríficos a partir de uma estigmatização baseada na ascendência, já mobilizava então um princípio de exclusão “proto-racial” (Mattos, 2000, 14).

A partir da Carta Constitucional de 1824, entretanto, já é possível identificar, junto à revogação do dispositivo colonial da “pureza de sangue”, o reconhecimento dos direitos civis dos cidadãos em função de suas posses e de não terem nascido escravos (Mattos, 2000, p. 21). O famoso artigo 179, embora não mencione a palavra *escravidão* nem *escravo*, “definia que a inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros tinha como base o *direito à propriedade privada*. E aos olhos da classe senhorial e dos homens que construía o Império do Brasil, o escravizado era antes de tudo uma propriedade” (Santos, 2022, p. 119). Embora a

Constituição não faça menção direta do termo raça, os pontos acima evidenciam um projeto de “discriminação racial”. A racialização da população negra, seja de escravos ou de alforriados, aparecia em documentos oficiais, processos criminais e registros policiais, daí as reivindicações de cidadania de mobilização popular trazerem, em seu bojo, discussões de cunho racial, como se vê no próprio título de alguns jornais do período regencial como *O mulato*, *O homem de cor*, *O Brasileiro Pardo*, *O cabrito*. As promessas de alforria às populações negras que lutaram junto às tropas brasileiras desde a independência, evidenciam um tensionamento racial, principalmente entre a população livre, como destaca Mattos (2000, p. 35).

Segundo Seyferth, após 1850, a miscigenação começa a surgir no Brasil como um assunto privilegiado para se pensar um projeto de embranquecimento da população brasileira:

vista como mecanismo de formação da nação desde os tempos coloniais e base de uma futura raça histórica brasileira, de um tipo nacional, resultante de um processo seletivo direcionado para o branqueamento da população. Como consequência, será assunto obrigatório na discussão da política imigratória, especialmente a relacionada com a colonização, porque nesta estava em jogo o outro elemento fundamental para a nação - a ocupação do território. Esta discussão - que toma a ideia de raça e as classificações raciais como referência para o modelo de colonização baseado na pequena propriedade familiar - (...), focalizando, sobretudo, as primeiras décadas do período republicano, quando as ideologias racistas tiveram influência preponderante em segmentos da elite brasileira voltados para a análise da política imigratória (Seyferth, 1996, p. 43).

Desde o século XVIII, os novos ideais de liberdade e igualdade, trazidos à tona pelo Iluminismo como princípios universais, foram acompanhados de estudos que passaram a categorizar o entendimento das diferenças e desigualdades entre os seres humanos pela perspectiva científica da raça. Tais teorias, que envolviam discussões em torno de conceitos como os da degenerescência de Leclerc, da monogenia e poligenia, entre outros (Santos, 2022, p. 94), começam a forjar a raça dentro de um campo de definição que, em meados do século XIX, vai ganhando contornos biológicos. O darwinismo torna-se a mais importante das teorias biológicas sobre evolução das espécies e será aplicada aos estudos sociais, vindo a ser a principal doutrina racista vigente na passagem do século XIX para o XX, radicalizando o primado das leis biológicas na determinação da civilização, ao afirmar que o progresso humano é um resultado da luta e da competição entre raças, vencendo os mais capazes (ou aptos) no caso, os brancos, porque as demais raças, principalmente os negros, acabariam sucumbindo à seleção natural e social. Apesar da condenação à mestiçagem entre raças desiguais, estes

darwinistas sociais "pensavam que a operação da seleção natural criaria raças puras a partir da diversidade que então era dominante; e muitos deles mantiveram que, se adotassem medidas de eugenia, a mudança biológica poderia estar do lado do progresso humano" (Banton, 1977 *Apud* Seyferth, 1996, p. 43).

No Brasil, esses estudos científicos sobre raça vão se institucionalizar a partir de 1877, com a criação do primeiro curso de Antropologia Física no Museu Nacional (Seyferth, 1996, p.48). Nesse campo de estudos, inventa-se no Brasil um tipo de mestiçagem “superior”, pela perspectiva do branqueamento, que contorna a visão negativa sobre miscigenação apontada pelo racismo científico europeu. A participação do Brasil no Congresso Universal das Raças em 1911, quando a delegação brasileira apresenta um diagrama em que

O branqueamento da raça era visualizado como um processo seletivo de miscigenação que, dentro de um certo tempo (três gerações), produziria uma população de fenótipo branco. Portanto, em termos gerais, o Brasil teria uma raça, ou um tipo ou, ainda, um povo (o conceito empregado não importa) nacional. Em suma, a característica que faltava para definir a nação. Sendo assim, os imigrantes tinham um papel adicional a exercer: contribuir para o branqueamento e, ao mesmo tempo, submergir na cultura brasileira através de um processo de assimilação (Seyferth, 1996, p. 49).

No final do século XIX, com o fim da escravidão e o advento da República, as discussões sobre a construção da identidade brasileira ganham novos contornos em que, novamente, a problemática da raça se torna “o eixo do grande debate nacional que se travava a partir do fim do século XIX e que repercutiu até meados do século XX” (Munanga, 1996, 43). Nesse sentido, a primeira República, que começa um ano após a abolição da escravidão, forja um novo sentido de identidade nacional calcado na perspectiva científica do darwinismo social e seu entendimento da “sobrevivência dos mais aptos” que se efetiva, em termos de políticas públicas, numa “limpeza étnica” promovida pela política migratória que, na Constituição de 1891, incentiva a vinda de europeus e proíbe a imigração africana e asiática visando, evidentemente, o embranquecimento da população (Seyferth, 1996, 43). Em cerca de 40 anos – entre 1890 e 1930 –, aproximadamente 4 milhões de imigrantes europeus entraram no país, sendo grande parte subsidiada pelo governo brasileiro. O propósito de embranquecimento da nação fica nítido se pensarmos que foram necessários 300 anos para entrar no país o mesmo número de pessoas africanas escravizadas (Sales; Baeninger, 2000). Acreditava-se que, com o

passar dos anos, a população negra desapareceria e o Brasil seria uma nação desenvolvida e branca.

Com o tempo, a teoria do embranquecimento biológico começa a perder força para uma outra corrente de pensamento que, até hoje, é presente no imaginário nacional: o mito da democracia racial - crença de que somos uma nação onde todas as raças vivem em harmonia, sem conflitos ou segregações, e a valorização da miscigenação que, paulatinamente, passa a ser percebida como benéfica e a melhor característica da nossa nação, tendo Gilberto Freyre como seu maior representante.

O debate sobre a identidade nacional brasileira, a partir da década de 1930, toma novos contornos sob o mito da democracia racial. Nesse momento, Gilberto Freyre se notabiliza pela publicação de *Casa Grande e senzala* (1933), cuja suposta originalidade estaria em seu deslocamento do conceito de “raça” para o de cultura, “rompendo”⁶ com o cientificismo biológico sobre raça e afirmando as contribuições positivas de negros, indígenas e mestiços para a cultura brasileira. (Pereira, 2013, p. 78). Tais positivações servem, entretanto, na visão de Munanga para “reforçar o ideal de branqueamento, mostrando de maneira vívida que a elite (primitivamente branca) adquiria preciosos traços culturais do íntimo contato com o africano (e com o índio em menor escala)” (Pereira, 2013, p. 78).

Diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos (*Jim Crow*) e na África do Sul (*apartheid*), onde leis estabeleciam regras de apartamento distinção social entre negros e brancos, a segregação racial nunca foi legalmente adotada no Brasil. E é essa uma das razões que fazem com que as reivindicações do movimento negro contemporâneo, entre elas a adoção de políticas públicas específicas para pessoas negras, pareçam absurdas para uma parte da população brasileira.

A discriminação racial no Brasil é mesmo bastante particular e precisa ser vista com atenção. Não tivemos um sistema de segregação racial institucionalizado, mas o racismo persiste na nossa sociedade, muitas vezes sem se declarar, aparecendo mais em atitudes e menos frequentemente na fala. Mesmo nesse último caso, o preconceito ganha um tom jocoso, é

⁶ Coloco “rompendo” entre aspas por concordar com a tese de Ricardo Benzaquen, difundida por Pereira (2013, 79), que ressalta as “ambiguidades expostas em *Casa-Grande e Senzala* citando trabalhos anteriores e trechos do próprio livro de Freyre, afirmando que “(...) Gilberto Freyre realmente preserva em *Casa-Grande e senzala* todo um vocabulário, marcado pelo louvor à biologia, que parece muito mais compatível com o determinismo racial do século XIX que com o elogio da diversidade cultural que ele desde o início procurou endossar”

direcionado para o campo da “brincadeira”, ou como se diz popularmente “mimimi” – que, teoricamente, não machuca ou prejudica ninguém –, pois não é bem visto dizer que somos racistas ou que temos atitudes preconceituosas. Adilson Moreira (2018), no entanto, define o uso do humor como forma de encobrir hostilidades raciais de racismo recreativo, e explica que “essa forma de política cultural possibilita a preservação de narrativas culturais baseadas na noção de neutralidade racial, o que concorre para a manutenção de uma imagem positiva dos membros do grupo racial dominante que praticam crimes de injúria e racismo.” (Moreira, 2018, p.100).

Se indagarmos, aleatoriamente, se existe preconceito racial no Brasil, as pessoas responderão que sim. No entanto, ao perguntarmos se a pessoa é racista, ela provavelmente dirá que não. Como, então, conseguimos ter racismo se ninguém o pratica? Isso caracteriza o racismo à brasileira, que, mesmo considerado sutil ou cordial, tem consequências práticas graves e de alto custo social. (Turra, Venturi: 1998)

No entanto, no Brasil, onde predomina a tese de que todas as pessoas são mestiças, e hipoteticamente não é possível definir quem é negro ou branco, as pessoas com mais traços fenotípicos negros vivenciam um número maior de experiências ligadas a episódios de discriminação do que as pessoas com menos característica físicas que remetem a uma ascendência negra. Segundo Oracy Nogueira (2006, p. 292): “Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca”. Segundo a análise de Paul Singer (1995, p.72) para a pesquisa “Racismo Cordial” da Folha de São Paulo/Datafolha: “Mais de um terço dos negros já foram vítimas de discriminação, contra apenas cerca de um sexto dos pardos.”

Outro ponto fundamental a ser levado em consideração é a branquidão como valor. Esse conceito é o único que, mesmo sofrendo lapidações e ajustes para a época, perdura desde as teorias eugenistas e evolucionistas até o mito da democracia racial, o branco sempre foi a referência e o valor a se buscar. No entanto, é nesta última fase que o conceito se apura e torna mais nocivo e cruel tanto para o negro que passa a negar seu corpo e identidade quanto para o branco que estabelece e reproduz, a partir dessa visão deturpada, uma relação de dominação com o negro. O requinte de crueldade contido no mito da democracia racial é que os símbolos

nacionais (samba, feijoada e a “mulata”) podem se enegrecer e, aparentemente, contemplar referências negras, no entanto, a branquitude não deixa de ser esse farol que baliza modelos de beleza e comportamento.

“Para o sujeito negro oprimido, os indivíduos brancos, diversos em suas efetivas realidades psíquicas, econômicas, sociais e culturais, ganham uma feição ímpar, uniforme e universal: a brancura. A brancura detém o olhar do negro antes que ele penetre a falha do branco. (...) O negro sabe que o branco criou a inquisição, o colonialismo, o imperialismo, o antissemitismo, o nazismo, o stalinismo tantas outras formas de despotismo e opressão ao longo da história. (...) O negro sabe de tudo isso e, talvez, muito mais. Porém a brancura transcende o branco. Eles – indivíduo, povo, nação ou Estado brancos – podem enegrecer-se”. Ela, a brancura, permanece branca.” (Costa: 1983, p.4-5).

É importante salientar que essas discussões teóricas em torno da questão racial para pensar a identidade nacional era marcada, desde o período abolicionista, pela presença de intelectuais e militantes negros, que na primeira década do século XX “também refletiam, produziam textos em jornais, realizavam congressos etc., com o objetivo de discutir sobre essas questões.” (Pereira, 2013, 73). Os abolicionistas negros no século XIX, os jornais negros do início do século como Clarim D’Alvorada, p movimento como a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro são alguns exemplos mais evidentes da militância negra organizada na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX e que vão ganhar mais força a partir do final dos anos setenta.

O que pretendo demonstrar com esse histórico é a longevidade da questão racial no pensamento social brasileiro que, como demonstrado, se inicia ainda no século XIX. Outro ponto fundamental, que será tema do capítulo seguinte, é que apesar de uma falsa ideia de igualdade, existem graves desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira.

5.2. A insustentabilidade do desenvolvimento à brasileira: quem fica para trás no Brasil?

De acordo com dados do Censo Demográfico de 2022, observa-se que 43,5% dos brasileiros se declararam como brancos, 0,4% como amarelos, 0,6% indígenas, 45,3% como pardos e 10,2% como pretos. Os negros (pessoas autodeclaradas pretos e pardos nos questionários do IBGE) correspondem a 55,5% da população brasileira.

Tabela 1 – População residente, por cor ou raça, nos Censos Demográficos – 2010 e 2022

População residente, por cor ou raça, nos Censos Demográficos - 2010 e 2022				
Brasil				
Cor ou raça	Ano			
	2010		2022	
Total	190.755.799	100,0%	203.080.756	100,0%
Branca	91.051.646	47,7%	88.252.121	43,5%
Preta	14.517.961	7,6%	20.656.458	10,2%
Amarela	2.084.288	1,1%	850.130	0,4%
Parda	82.277.333	43,1%	92.083.286	45,3%
Negra	96.795.294	50,7%	112.739.744	55,5%
Indígena	817.963	0,4%	1.227.642	0,6%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

As observações realizadas por Osório (2003) de que a classificação de “cor ou raça” utilizada nas pesquisas do IBGE possui uma historicidade que reflete, em grande medida, a história das relações raciais brasileiras nos últimos dois séculos. Encontrou, inclusive, respaldo teórico na produção de Oracy Nogueira no tocante à singularidade do racismo no Brasil e dos mecanismos pelos quais se efetivam as discriminações. Também se observou que reivindicações por maior precisão ou objetividade na classificação foram consideradas inócuas.

No caso da delimitação de grupos raciais no Brasil, não é o instrumento de mensuração que é impreciso, mas o fenômeno ao qual se endereça, pois a definição da pertença racial varia circunstancialmente. As categorias abrangentes e de fronteiras fluidas da classificação permitem que esta lide com a imprecisão do fenômeno da identificação racial. Embora não se possa, a partir dos resultados de seu emprego, saber exatamente qual é o “fenótipo” nacional ideal do pardo, ou do preto, ou do branco, identificar-se-ão as pessoas que se enquadram nessas categorias em seus contextos relacionais locais. O número de categorias da classificação também não configura um problema, pois, ao contrário do que por vezes é propalado, os brasileiros usam um conjunto restrito de termos de identificação racial – o que justifica a indução à escolha da cor em vez do registro de respostas espontâneas (Ibidem, p. 35).

Segundo dados analisados pelo economista Marcelo Paixão (Paixão: 2008), se dividíssemos o país em dois, um só com a população branca, e outro só com a população negra (pardos e pretos), e analisássemos as condições sociais de cada um consolidadas no índice de Desenvolvimento Humano, o “Brasil branco” estaria situado na 47ª posição se comparado com

os outros países do mundo, ao passo que o IDH do “Brasil negro” se situaria na 92ª posição. O mesmo estudo foi repetido em 2017 em uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP) e, apesar de ter sido constatada uma redução entre o IDH dos brancos e o IDH dos negros, que em 2000 era de 27,1% e em 2010 passou para 14,42%, notamos como as iniquidades persistem ao comparar os IDHs em 2000 e 2010. Entre os negros, o IDH em 2000 era de 0,679, número similar ao dos brancos em 2000 que registrou 0,675. Em 2010, o IDH dos brancos era de 0,777, quase um IDH alto. Esses números nos mostram que apesar da melhoria das condições de saúde, educação e longevidade das populações negra e branca, as desigualdades entre esses grupos permanecem pois os negros levaram 10 anos para ter um IDH que os brancos já registravam na década anterior.

Outros indicadores dessa desigualdade profunda podem ser observados na saúde pública, no trabalho e na educação, em particular no nível superior. Todos esses serviços deveriam ser oferecidos aos cidadãos e às cidadãs, independentemente de cor, raça, sexo, orientação sexual, origem ou renda. No entanto, o que os números mostram é que, mesmo nos serviços públicos e universais, ou seja, que deveriam atender a todos e todas da mesma forma, as pessoas negras recebem tratamento diferenciado e pior. Isso é o que chamamos de racismo institucional. Em outras palavras, é o “fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas devido à sua cor, cultura, origem racial ou étnica” (Instituto Amma Psique e Negritude, 2009). Manifesta-se em ações e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano em escolas, empresas, repartições públicas etc., resultantes da falta de atenção, do preconceito ou de estereótipos racistas, reforçando mecanismos de exclusão praticados pela sociedade como um todo. Mesmo que alguns o façam de forma inconsciente, isso não os torna menos responsáveis pelo fato.

Silvio Almeida apresenta a dimensão estrutural do racismo ao analisar como as instituições espelham e reproduzem o racismo inerente à sociedade:

As instituições reproduzem as condições para manutenção da ordem social (...), [através da] imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição, [que] é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura previamente existente - com todos os conflitos que lhe são próprios -, o racismo que esta instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura. As instituições são apenas a

materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um dos seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista (Almeida, 2018, p.36).

Nesse sentido, o racismo decorre da própria estrutura da sociedade. É parte intrínseca das relações econômicas, políticas, familiares e jurídicas. É parte da regra e não uma exceção, tornando o racismo, de acordo com Almeida (2018), estrutural. Santos (2023) apresenta o racismo como sistêmico e inercial. Sistêmico por ser recorrente e abranger toda a sociedade e suas instituições se retroalimentando em distintas dimensões. O autor faz menção ainda à primeira Lei de Newton⁷ ao atestar que o racismo permanece em movimento uniforme caso não haja ação para contê-lo. Mesmo abordando o racismo de perspectivas diferentes, os dois intelectuais trazem a dimensão do racismo inerente à estrutura da sociedade brasileira.

A discriminação racial pode ser observada, por exemplo, no sistema público de saúde. Dados analisados pelo Centro de Estudo e Dados sobre Desigualdades Raciais (CEDRA) apresentam a desigualdade racial desde o pré-natal, passando pela infância e vida adulta dos indivíduos.

Em 2020, entre as gestantes negras, 33,8% não realizaram o número mínimo recomendado de 7 consultas pré-natal. Entre as gestantes brancas essa proporção era 18,8%. A qualidade do pré-natal também foi investigada: entre as gestantes negras, 31,1% realizaram o pré-natal de maneira inadequada, intermediária ou não fizeram o exame. Essa proporção era 18,1% entre as gestantes brancas.

O estudo, A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil (Leal, Gama, Pereira, Pacheco, Carmo; Santos, 2017) analisou a variável raça/cor dos dados da “Nascer no Brasil”, uma ampla pesquisa nacional sobre partos e nascimentos, realizada com prontuários médicos de 23.894 mulheres coletados entre 2011 e 2012. Entre as análises, se verifica que:

“As variáveis selecionadas para o pareamento na construção do escore de propensão mostraram grandes disparidades sociais e econômicas entre as mulheres segundo a raça/cor. Ainda assim, depois de equiparadas quanto a todas essas características, foram verificados piores indicadores de atenção pré-natal e parto nas mulheres de cor

⁷ Primeira Lei de Newton - Princípio da Inércia: “Todo corpo continua em seu estado de repouso ou de movimento uniforme em uma linha reta, a menos que seja forçado a mudar aquele estado por forças aplicadas sobre ele.”

preta e parda [portanto, as mulheres negras], em comparação às brancas” (Leal et al., 2017, p. 5).

Segundo a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em 2006, 21,8% das mulheres negras atendidas pelo Sistema único de Saúde (SUS) não receberam anestesia no parto normal, enquanto o mesmo ocorreu com 13,5% das mulheres brancas.

Dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM/DATASUS de 2022 apontam que a mortalidade materna é quase duas vezes e meia maior em mulheres pretas do que em brancas no Brasil.

Tabela 2– Óbitos maternos por cor/raça, segundo morte na gravidez ou puerpério, 2022

Óbitos maternos por Cor/raça segundo Morte grav/puerp								
Período: 2022								
Morte grav/puerp	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Ignorado	Negra	Total
TOTAL	397	188	4	738	20	23	926	1.370
Durante a gravidez, parto ou aborto	104	63	1	225	5	7	288	405
Durante o puerpério, até 42 dias	252	109	2	432	8	14	541	817
Não na gravidez ou no puerpério	7	1	-	11	2	-	12	21
Período informado inconsistente	-	1	-	1	-	-	2	2
Não informado ou ignorado	34	14	1	69	5	2	83	125

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

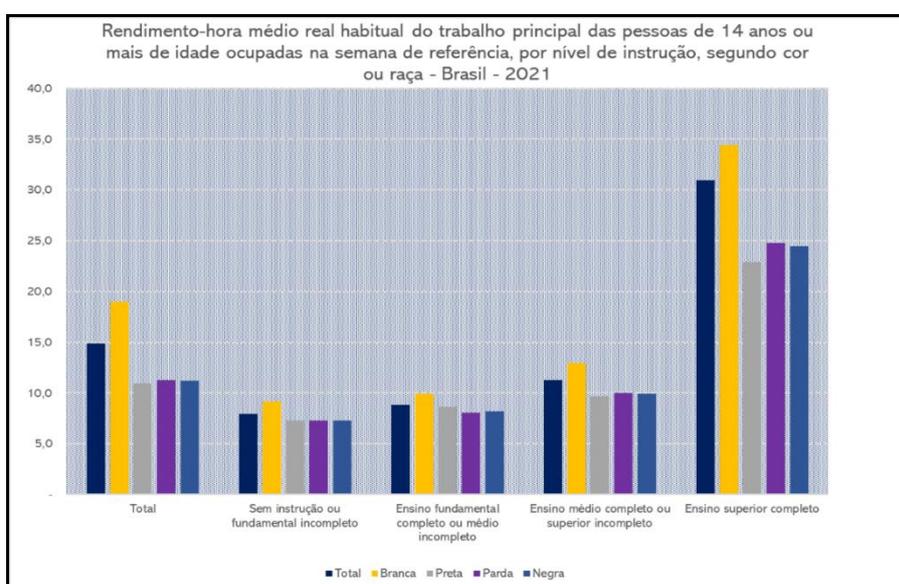
Seguindo o rastro de desigualdades, voltamos o olhar para a infância, a partir de dados elaborados pelo CEDRA, com base na Pesquisa Nacional de Saúde.

Em 2019, 28,2% das crianças negras menores de 2 anos não fizeram o teste do olhinho, contra 14,3% de crianças brancas. Já no teste da orelhinha, as proporções são 24,2% para crianças negras e 12,0% para as brancas. Em ambos os exames o acesso das crianças negras a esse serviço, essencial para a detecção precoce de anormalidades, é praticamente a metade do das crianças brancas.

Dados do mesmo ano atestam que essas disparidades se mantinham na vida adulta com as proporções de pessoas negras e brancas e nunca haviam aferido a pressão arterial (18,4% negros x 14,0% brancos), glicemia (38,9% negros x 31,1% brancos) ou colesterol (43,9% negros x 36,1%), ou não o faziam há mais de um ano. A realização de exame de vista em 2019 também apresentava desigualdades no acesso: 43,9% das pessoas negras, com 18 anos ou mais, nunca haviam feito o exame ou haviam realizado há mais de 2 anos. Essa proporção entre as pessoas brancas era 36,1%. No tocante à saúde bucal, 29,2% das pessoas negras adultas nunca haviam ido ao dentista ou foram há mais de 3 anos em 2019. Essa proporção entre as pessoas brancas era 20,1%.

Já no mercado de trabalho, essa desigualdade se expressa na diferença salarial entre pessoas brancas e negras. De acordo com a PNAD de 2021, os trabalhadores brancos recebiam, média, R\$19,00 por hora trabalhada no Brasil. Entre os negros, esse valor é de R\$11,10, por hora. Ou seja, pretos e pardos recebem aproximadamente 58% do que recebem os brancos. Entre os mais escolarizados, os negros com pelo menos o ensino superior, ganhavam R\$23,85 por hora de trabalho, 69% do rendimento-hora de um trabalhador branco, de R\$ 34,40 em média. A menor diferença aparece entre os trabalhadores com nível fundamental completo ou médio incompleto: nessa faixa, negros recebem 85% do rendimento por hora dos brancos. Podemos concluir que a educação melhora as condições, mas não acaba com as desigualdades.

Gráfico 1- Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas (R\$/hora)



Fonte: Pesquisa Nacional de Amostragem em Domicílio, 2021

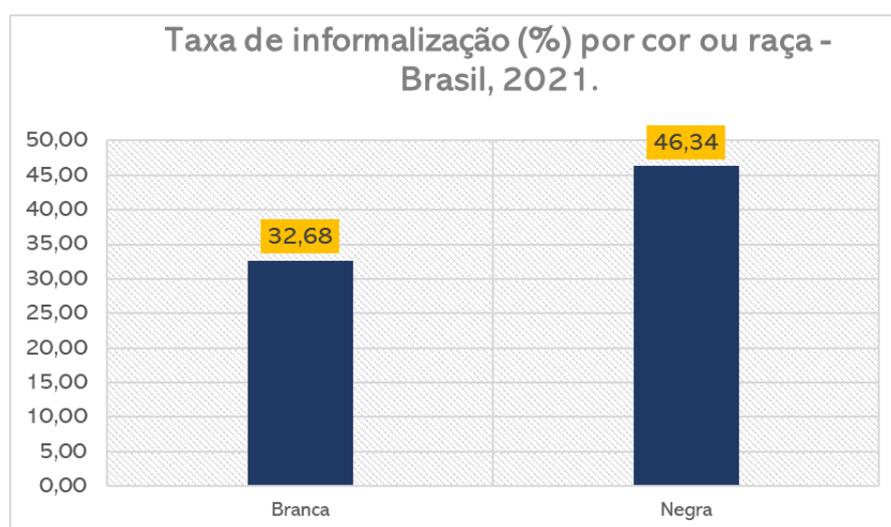
Ao analisarmos dados da PNAD de 2021 sobre desocupação e informalidade, observaremos que os negros representavam 55,2% da força de trabalho no país (57,5 milhões de pessoas) e os brancos, 43,8% (45,6 milhões). Apesar disso, a população negra representava 64,0% dos desocupados e 55,4% dos subutilizados⁸, frente aos 35,2% de brancos entre os desocupados e 22,5% entre os subutilizados. Pessoas negras registraram maiores taxas de

⁸Segundo o IBGE, a taxa de subutilização é um indicador que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego mas não disponíveis e os inativos disponíveis mas que não procuram emprego.

desocupação e de subutilização independentemente do nível de instrução considerado. Em ambas as taxas, a diferença foi relativamente menor para pessoas que possuíam ensino superior completo.

A taxa de informalidade entre os negros é muito maior que entre os brancos. Quase metade dos negros (46,3%) trabalham sem carteira assinada ou sem inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). O percentual é de 32,6% entre os brancos. A ausência de vínculos também é a expressão de uma maior fragilidade desse trabalhador, que mais vulnerável, tende a aceitar posições de menor remuneração e piores condições de trabalho.

Gráfico 2- Taxa de informalização (%) por cor ou raça - Brasil, 2021



Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra em Domicílio, 2021

Reflexo disso é o rendimento bem menor dos negros no final do mês, na comparação com os brancos, já que o trabalho informal paga menos que o formal. Em média, o trabalhador negro recebe R\$ 1.789,00 por mês – apenas 57,7% da média do rendimento do trabalhador branco, de R\$ 3.099,00 mensais. Em 2018, a maior diferença registrada ocorreu no grupo de mulheres negras, que recebem 44,4% do rendimento dos homens brancos no final do mês.

Analisando os dados de 2021 sobre pobreza⁹, observa-se que brancos eram 18,6% das pessoas na linha de US\$ 5,50 diários, enquanto os negros representavam 37,7%. Considerando

⁹ Linha de pobreza é o nível de renda com o qual uma pessoa ou uma família não possui condições de obter todos os recursos necessários para viver. O Brasil não possui uma medida oficial de linha de pobreza. O IBGE adota o padrão do Banco Mundial - expresso em poder de paridade de compra (PPC), que é o mesmo utilizado para monitorar os ODS.

a linha de US\$ 1,90 diários, que equivale à extrema pobreza, a disparidade também foi notável: 5,0% de pessoas brancas e 11,0% de negras. Em ambos os casos, a proporção de pessoas negras foi mais que o dobro de pessoas brancas. Observa-se no contexto regional, que a região Nordeste concentra as maiores proporções de pessoas, sobretudo negras, em situação de pobreza e pobreza extrema, respectivamente.

É importante ressaltar que o Brasil não possui uma medida oficial de linha de pobreza. O IBGE adota o padrão do Banco Mundial - expresso em poder de paridade de compra (PPC), que é o mesmo utilizado para monitorar os ODS.

Tabela 3- Total e proporção de pessoas, por classes de rendimento mensal real domiciliar per capita selecionadas, e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 2021

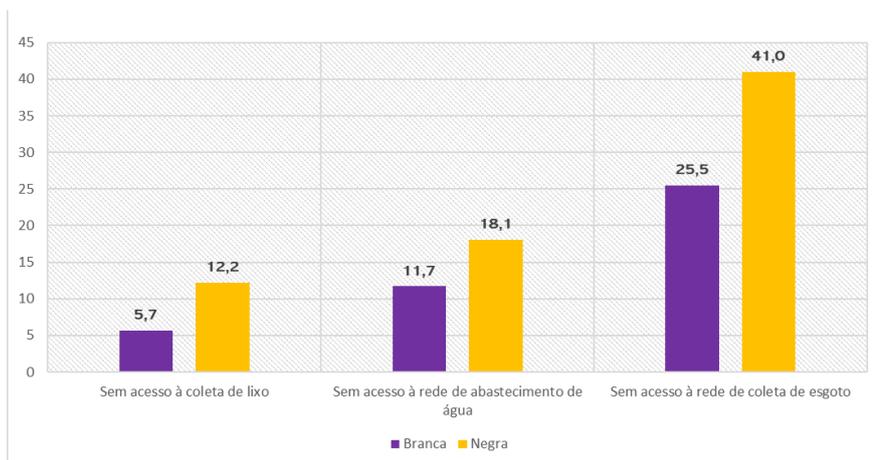
Total e proporção de pessoas, por classes de rendimento mensal real domiciliar per capita selecionadas, e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 2021									
Grandes Regiões	Total (1 000 pessoas)			Proporção de pessoas por classes de rendimento mensal real domiciliar per capita (%)					
				Até US\$ 1,9 PPC 2011 (1)			Até US\$ 5,5 PPC 2011 (1)		
	Total	Cor ou raça		Total	Cor ou raça		Total	Cor ou raça	
		Branca	Negra		Branca	Negra		Branca	Negra
Brasil	212 577	91 448	119 148	8,4	5,0	11,0	29,4	18,6	37,7
Norte	18 575	3 279	15 025	12,5	7,5	13,5	44,9	31,8	47,6
Nordeste	57 496	14 188	42 872	16,5	13,6	17,5	48,7	41,7	51,1
Sudeste	89 586	45 431	43 203	5,1	3,6	6,7	20,6	14,5	27,1
Sul	30 346	22 806	7 357	3,0	2,4	4,7	14,2	11,7	22,2
Centro-Oeste	16 575	5 744	10 690	3,5	3,1	3,8	20,6	14,7	23,8

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021 (acumulado de quintas visitas).

Notas: Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado. R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, inflacionado pelo IPCA para anos recentes.

Quando o tema é a condição dos domicílios, dados da PNAD de 2019 mostram que o indicador com a menor diferença entre negros e brancos, é o de coleta de lixo: 12,2% negros não têm acesso a este serviço, enquanto entre os brancos, essa proporção é 5,7%. Quanto ao abastecimento de água, 18,1% dos negros e 11,7% dos brancos não possuem acesso à rede em suas residências. A maior disparidade se encontra no acesso ao serviço de esgotamento sanitário: 41,0% dos negros moram em casas sem acesso a rede de coleta de esgoto, contra 25,5% dos brancos.

Gráfico 3- Proporção da população residente em domicílios com acesso aos serviços de saneamento básico, por condição de ocupação do domicílio e por tipo de serviço, segundo cor ou raça (%) - Brasil - 2019

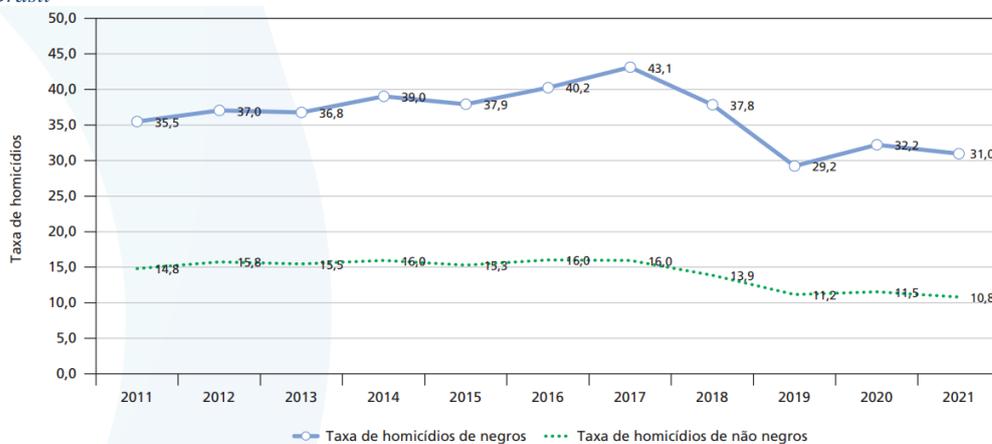


Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra em Domicílio, 2021

Quase 45% dos pretos e pardos não possui máquina de lavar, contra 21% dos brancos. Pensando na divisão dos trabalhos e cuidados com a casa, quem fica com a sobrecarga do serviço doméstico?

Outro tema que chama a atenção à concentração de pessoas negras nos piores extratos dos indicadores é a violência. Dados do Atlas da Violência de 2023 mostram que entre 2011 e 2021, a taxa de homicídios por 100 mil pessoas é de 31,0 para os negros e 10,8 para pessoas não negras (brancos, indígenas e amarelos), ou seja, quase três vezes maior em desfavor dos negros.

Gráfico 4- Taxas de homicídios de negros e de não negros a cada 100 mil habitantes dentro destes grupos populacionais – Brasil (2011-2021)



Fonte: SIM/CGIAE/SVSA/MS.
Elaboração: Diest/Ipea e FBSP.

Obs.: O número de negros foi obtido somando pardos e pretos, enquanto o de não negros se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas. Todos os ignorados não entraram nas contas.

Outro dado importante é o risco relativo de vitimização de pessoas negras. Este indicador é calculado pelo quociente das taxas de homicídios entre negros e não negros. O resultado igual a 1 (um) indica que, considerando as populações residentes para os respectivos grupos de cor/raça, o risco de um negro sofrer homicídio é igual ao de um cidadão não negro.

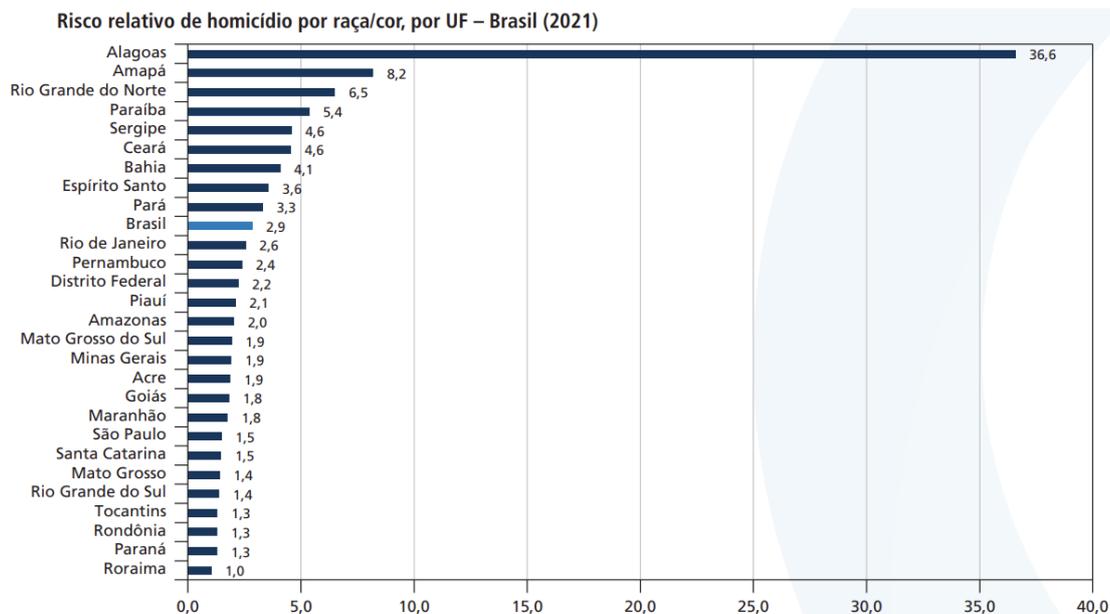
Entre 2019 e 2021, o risco relativo de uma pessoa negra ser vítima letal no Brasil aumentou de 2,6 para 2,9. Assim, embora a taxa de homicídios de negros no país tenha diminuído, a desigualdade racial no que diz respeito à violência letal aumentou.

Alguém pode argumentar que as variações na letalidade podem ser atribuídas principalmente às diferenças nas condições socioeconômicas entre negros e não negros, em vez do racismo estrutural. No entanto, o Atlas da Violência cita o estudo de Cerqueira e Coelho (2017), que apontam na direção oposta desta hipótese. Para os autores, a maior letalidade entre os negros seria um efeito indireto do racismo estrutural, que historicamente tem discriminado os negros no mercado de trabalho e no acesso à educação, impedindo-os de alcançar oportunidades e relegando-os aos estratos sociais menos favorecidos. Para além disso, os autores utilizaram microdados socioeconômicos do Censo Demográfico do IBGE de 2010 e do Sistema de Informação de Mortalidade de 2010 de todos os vivos e mortos no Rio de Janeiro em 2010, e concluíram que considerando pessoas negras e brancas que moravam no mesmo bairro e tinham as mesmas características (sexo, idade, estado civil e escolaridade), as negras tinham 23% mais de chances de ser assassinadas do que as brancas.

Ou seja, além dos canais indiretos, por meio dos quais o racismo estrutural opera para legar uma maior taxa de letalidade para a população negra, há o racismo que mata, operando diretamente na letalidade contra negros, por meio de um processo atávico de desumanização, que imprime uma imagem estereotipada do negro como perigoso, como pobre e bandido. É assim que, no Rio de Janeiro, jovens negros morreram por cometerem o crime de portar furadeira, guarda-chuva e até saco de pipoca. A pena capital foi aplicada por policiais que dizem ter pensado que estas pessoas seguravam armas,¹⁰ sem que ninguém tenha sido condenado por essas mortes (CERQUEIRA e BUENO, 2023, p. 56).

¹⁰ Furadeira, guarda-chuva e até saco de pipoca: casos de mortos após terem objetos confundidos com arma se arrastam há anos na Justiça | Rio de Janeiro | G1 (globo.com) <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/01/11/furadeira-guarda-chuva-e-ate-saco-de-pipoca-casos-de-mortos-apos-terem-objetos-confundidos-com-arma-se-arrastam-ha-anos-na-justica.ghtml>

Gráfico 5- Risco relativo de homicídio por raça/cor, por UF – Brasil (2021)



Fonte: Atlas da Violência, 2023

No que tange à violência contra a mulher, os dados seguem o padrão de manutenção das disparidades: por mais que apresentem melhora de forma global, se desagregados por cor/raça das vítimas, apresenta desfechos bastante distintos.

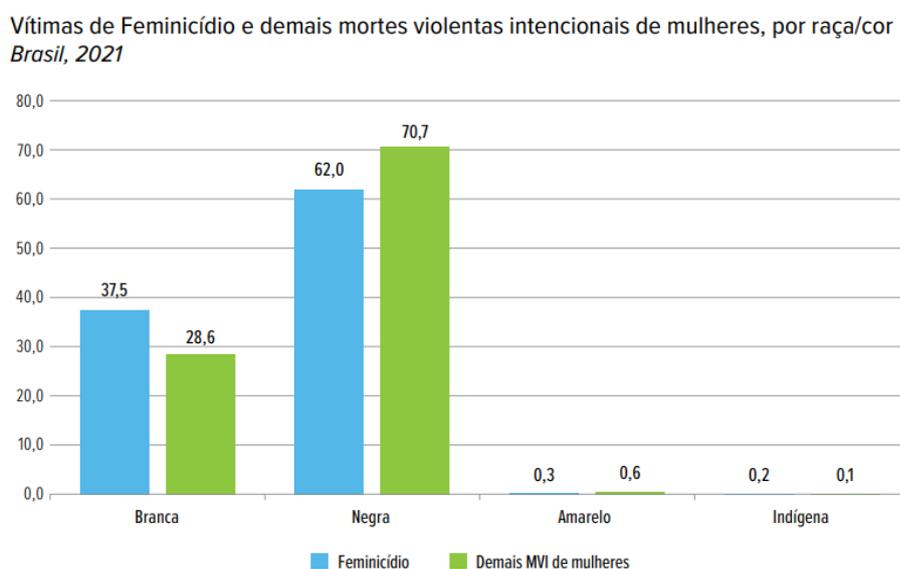
Do total de mulheres assassinadas em 2021, 67,4% eram negras, o que corresponde a uma taxa de aproximadamente 4,3 mulheres negras mortas para cada 100 mil. Entre as mulheres não negras, esta taxa foi de 2,4 por 100 mil, quase metade do indicador das mulheres negras. Já o risco relativo de sofrer um homicídio é 1,8 vez maior entre as mulheres negras do que entre as não negras. No estado do Ceará, esse risco é 3,2 vezes maior entre mulheres negras do que entre não negras.

Entre 2020 e 2021, a taxa de homicídio de mulheres não negras registrou uma redução de 0,5%, enquanto o mesmo índice para mulheres negras aumentou 2,8%. Já na análise da série histórica de 2011 a 2021, observamos uma queda nas taxas de homicídios para todas as mulheres, porém com uma redução maior entre as mulheres não negras, que reduziram 21,5%, enquanto apresentaram queda de 18,8% no indicador. Ambos os dados indicam a complexidade do racismo combinado ao sexismo, que impõem às mulheres negras condições desumanizantes que as fariam indignas de cuidados, afeto e acesso a direitos. A redução das taxas de homicídio

não necessariamente melhora as condições das mulheres como um todo, o que denota a persistência da desigualdade e a necessidade de políticas específicas para as mulheres negras. Este argumento é corroborado pelo dado que mostra o aumento da taxa de homicídio para as mulheres negras, ao mesmo tempo em que há a redução para as não negras.

Durante a pandemia da COVID-19, o isolamento agravou casos de violência contra a mulher, novamente com uma prevalência das mulheres negras entre as vítimas. Entre maio de 2020 e abril de 2021, das mulheres que sofreram algum tipo de violência, 52,9% eram negras. Entre as mulheres brancas, esse número é de 23,5% (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021). Das mulheres que sofreram feminicídio em 2021, 62% eram negras, enquanto 37,5% eram brancas (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p.173).

Gráfico 6- Vítimas de feminicídio e demais mortes violentas intencionais de mulheres. Brasil, 2021



Fonte: Atlas da Violência, 2023

Esses dados, que sequer dão conta da totalidade de disparidades presentes na sociedade brasileira. Cabe ressaltar que, as desigualdades raciais não podem ser explicadas apenas pelas desigualdades econômicas. O racismo é um fator estruturante da sociedade brasileira que regula as relações interpessoais, com instituições e suas representações, influenciando, assim, o acesso a serviços e oportunidades. Nesse sentido, apresenta como um desafio central ao desenvolvimento sustentável no país.

5.2 Movimento negro e saberes emancipatórios

Indicadores sobre a desigualdade social no Brasil evidenciam o que o movimento negro denuncia há décadas: a existência de mecanismos de discriminação racial na sociedade brasileira que colocam em xeque o modelo de democracia racial.

Este trabalho tem como recorte temporal a organização dos movimentos sociais a partir da redemocratização, mas sobretudo, entre 1995 e 2021, com foco no movimento negro contemporâneo, que pode ser entendido como:

a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural.” (Pinto, 1993 apud Domingues, 2007, p.101).

Joel Rufino dos Santos oferece uma outra definição mais abrangente para o movimento negro: “todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros” (Santos 1994, p.157 apud Domingues, 2007). Essa definição inclui os clubes sociais, comunidades de terreiro, grupos de dança, arte e teatro, além das organizações políticas. Domingues (2007) aponta que historiograficamente seria um problema dar conta de um espectro tão amplo de organizações no tempo, fazendo-o optar por tratar do “movimento político de mobilização racial (negra) (...), mesmo que este movimento assuma em muitos momentos uma face fundamentalmente cultural”. Nesse sentido, a definição cunhada por Domingues, será a mesma utilizada nesse estudo.

O movimento negro tem se constituído como ator fundamental na contestação do mito da democracia racial e da interpelação do Estado Brasileiro no que diz respeito aos direitos da população negra. É a partir dos saberes emancipatórios, ou seja, os saberes construídos por grupos destituídos de poder político e econômico, com baixa representatividade em espaços de construção de narrativas e formação de opinião, que o movimento negro produz conhecimento e sistematiza saberes sobre racismo, desigualdades raciais, saúde da população negra, juventude, intolerância religiosa e um amplo leque de temas que educam a sociedade brasileira

sobre a realidade da parcela majoritária da população, afinal pretos e pardos representam 54% dos brasileiros (Gomes, 2017).

A Marcha Nacional Zumbi de Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, realizada em 20 de novembro de 1995, reuniu mais de 30 mil pessoas em Brasília para denunciar as condições subumanas em que vivia a população negra na época. A data foi escolhida pelo movimento negro em alusão aos 300 anos do assassinato de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, símbolo da resistência ao sistema colonial português. Esta data reconhece o protagonismo negro na luta pela liberdade, em oposição ao 13 de maio, data da promulgação da abolição da escravidão no Brasil, após a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel, a “redentora”.

As denúncias foram compiladas em um documento elaborado por diversas organizações do movimento negro e traz um detalhado diagnóstico, corroborado por dados estatísticos, sobre o racismo na escola, a divisão racial do trabalho, as condições de saúde da população negra, a violência racial e a atuação do Brasil nas relações exteriores. Além de denunciar, o movimento negro propôs um “Programa de superação do racismo e da desigualdade racial”, assentado em oito temas: democratização da informação, mercado de trabalho, educação, cultura e comunicação, saúde, violência, religião e terra.

Entre as proposições constam: a) Inclusão do quesito cor em todo e qualquer sistema de informação sobre a população; b) Instalação, no âmbito do Ministério do Trabalho, da Câmara Permanente de Promoção da Igualdade, que deverá se ocupar de diagnósticos e proposições políticas de promoção da igualdade; c) Recuperação, fortalecimento e ampliação da escola pública, gratuita e de qualidade; d) Monitoramento dos livros didáticos, manuais escolares e programas educativos controlados pela união; e) Desenvolvimento de programas permanentes de treinamento de professores e educadores que os habilite a tratar adequadamente com a diversidade racial, identificar as práticas discriminatórias presentes na escola e o impacto destas na evasão e repetência das crianças negras; f) Desenvolvimento de ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta. g) Desenvolver programas que assegurem a igualdade de oportunidades e tratamento nas políticas culturais da União, tanto no que se refere ao fomento à produção cultural, quanto à preservação da memória, de modo a dar visibilidade aos símbolos e manifestações culturais do povo negro brasileiro; h) doação, no sistema público de saúde, de procedimentos de detecção da

anemia falciforme (nos primeiros anos de vida), hipertensão e miomatoses; i) Os boletins epidemiológicos de Ministério e Secretarias de Saúde devem analisar o impacto das condições sociais de desigualdade de raça, educação e nível socioeconômico no desenvolvimento da epidemia, introduzindo o quesito cor na ficha epidemiológica da AIDS; j) Garantir o direito à saúde integral das mulheres, observando as especificidades raciais e étnicas; k) Tipificação da conduta discriminatória no Código Penal; l) Adoção de disciplina de direitos humanos e de cidadania, com recorte de raça e gênero, nos cursos de formação de policiais civis e militares; m) Incluir no Plano Nacional de Direitos Humanos, a proposição de legislação que defina e puna a intolerância étnico-religiosa, assim como os preconceitos e estereótipos que estigmatizam os cultos de origem africana, de modo a dar cumprimento ao preceito constitucional que assegura o livre exercício religioso; n) Apesar de ter garantido seu reconhecimento (...) até hoje nenhuma comunidade negra rural quilombola recebeu o título definitivo de propriedade de suas terras, (...) Portanto, impõe-se a emissão imediata dos títulos de propriedade as terras destas comunidades (Marcha, 1996).

O documento termina com uma pertinente análise acerca da contribuição de tais proposições para o desenvolvimento sustentável:

“Por fim, a adoção de políticas de promoção da igualdade só terá eficácia na medida de sua sincronia com um modelo de desenvolvimento comprometido com a geração de emprego, a distribuição da terra e da renda, a justiça social, a preservação da vida e a construção de novos horizontes para as gerações futuras” (Marcha, 1996, p.26).

É importante ressaltar que à época, o mito da democracia racial era o entendimento vigente sobre as relações raciais no Brasil, ou seja, não havia racismo na sociedade brasileira. É nesse contexto que organizações do movimento negro elaboram e entregam ao Estado brasileiro um documento extremamente sofisticado e inovador que, não só dá conta de denunciar os problemas, mas também propõe soluções.

Examinando o documento em retrospecto, é possível identificar as bases para políticas públicas atualmente vigentes como a Lei 10639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio, a Lei nº 12.288/2010 que institui o Estatuto da Igualdade Racial e a Lei nº 12.711/2012, que estabelece a reserva de vagas em instituições Federais de Ensino Superior para alunos oriundos integralmente do ensino público, negros e indígenas, que demonstram o do vanguardismo do movimento negro,.

A despeito de todas as adversidades enfrentadas desde o período colonial, da persistência do racismo e as desigualdades raciais, o movimento negro cumpre um papel pedagógico de informar o Estado brasileiro sobre as desigualdades que demandam políticas públicas, sistematizando saberes emancipatórios, no sentido que vislumbram “a transformação social e cultural como libertação do ser humano” (Gomes, 2017, p. 49).

Em resposta às demandas apresentadas, o presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Valorização da População Negra, importante conquista do movimento negro, uma vez que o Estado passa a reconhecer a existência de desigualdades raciais no Brasil. O GTI foi responsável por propor ações integradas para combater a discriminação racial e sugerir e promover políticas que fortalecessem a cidadania negra. O Grupo de Trabalho era composto por:

I - oito membros da sociedade civil, ligados ao Movimento Negro; II - um representante de cada Ministério a seguir indicado: a) da Justiça; b) da Cultura; c) da Educação e do Desporto; d) Extraordinário dos Esportes; e) do Planejamento e Orçamento; f) das Relações Exteriores; g) da Saúde; h) do Trabalho; III - um representante da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. (Brasil, 1995)

Apesar das relevantes discussões e encaminhamentos no âmbito do GTI, como as discussões sobre saúde da população negra foram um embrião da Política Nacional de Saúde da População Negra, cabe salientar que essa abertura para diálogo é uma resposta para a “difícil posição do governo brasileiro diante o mito da democracia racial questionado em diversos fóruns nacionais e internacionais frequentados por ONGs negras” (Figueiredo, 2007).

“(…) O país, que se vangloriava de não ter uma questão racial, era reiteradamente lembrado das suas “desigualdades raciais”, facilmente demonstráveis pelas estatísticas oficiais, sem poder apresentar, em sua defesa, nenhum histórico de políticas de combate a essas desigualdades. Era em busca de uma saída política que o presidente queria trazer o debate sobre ações afirmativas para perto do governo. (Guimarães, 2003, p. 194-195 apud Figueiredo, 2007).

A partir daí, amplia-se o espaço para a participação do movimento negro na agenda de combate ao racismo e promoção de igualdade racial junto ao Estado, cujo primoroso exemplo é o processo preparatório e participação do movimento negro na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, realizada pela Organização das Nações Unidas em agosto de 2001 na África do Sul.

É a partir dessa conferência que o governo brasileiro se compromete, diante da comunidade internacional, com a elaboração de um plano nacional para combater o racismo. Como desdobramento, sempre tensionado pelo movimento negro e os saberes por ele produzidos e sistematizados, observamos a criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a Lei 10.639/03 - que torna obrigatório o ensino de História da África e do Negro no Brasil (2003), o debate sobre as ações afirmativas nas universidades públicas (2004), o Estatuto da Igualdade Racial (2010), entre outros episódios relevantes para a análise a ser elaborada nesse estudo sobre a importância dos saberes emancipatórios produzidos pelo movimento social negro como agente central para o desenvolvimento sustentável no Brasil.

Este trabalho dialoga com a compreensão de que os processos históricos coloniais até hoje são definidores das hierarquias raciais e de gênero, que implicaram no apagamento das referências culturais e epistêmicas dos povos racializados e inferiorizados por esses processos, cujas exclusões definiram não só o campo estrutural de saberes acadêmicos e científicos ocidentais, mas também a própria noção de humanidade.

A noção de “saberes emancipatórios” é decisiva para o desenvolvimento deste projeto. Segundo Nilma Lino Gomes, em seu livro *Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação* (2017), os conhecimentos emancipatórios são construídos geralmente pelos grupos não hegemônicos e contra hegemônicos, pois estes desenvolveram saberes advindos da experiência acumulada da luta histórica pela superação das desigualdades e exclusões sociais das quais são vítimas. Nesse sentido, os saberes emancipatórios são saberes construídos na experiência vivida da luta. No caso do Movimento Negro, tais saberes se destacam principalmente no sentido de conscientizar sobre como as desigualdades e injustiças no Brasil são atravessadas estruturalmente pelas dinâmicas raciais, oferecendo assim teorias e estratégias de luta antirracista e promoção da equidade racial. Segundo a autora, o Movimento Negro é educador pois trabalha na produção de conhecimento-emancipação. Ao contrário do conhecimento-regulação, associado aos saberes ordenadores do Estado e do Mercado, o conhecimento-emancipação se produz na experiência vivida das práticas de solidariedade sociais, culturais e políticas.

Em diálogo com Santos (1995), Gomes (2017), compreende-se que a ciência moderna ocidental, promovida à condição de racionalizadora de primeira ordem da vida social, assume o privilégio epistemológico de ser a única forma de conhecimento válido. Nesse sentido, Santos

traz o conceito de “epistemicídio” para se referir à forma pela qual os saberes não ocidentais foram destituídos de valor epistêmico. Grosfoguel (2016), também em diálogo com Santos (1995), se refere a essa constituição do privilégio epistêmico ocidental como racismo/sexismo epistêmico e nos oferece uma possibilidade de compreensão da constituição desse campo de privilégios a partir dos “quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI”, a saber, o discurso da pureza de sangue contra judeus e muçulmanos ao longo da formação do Estado Nação português; a referência aos povos indígenas como sem religião e, portanto, sem alma, o que os retira da condição de humanidade a partir das expansões coloniais; a complementação do racismo religioso para um racismo de cor a partir da expansão do negócio da escravização dos povos africanos; e, por fim, a perseguição às mulheres, a caça às bruxas, durante o período de formação da colonialidade.

6. HISTÓRICO E ATUAÇÃO DO GRUPO DE VALORIZAÇÃO NEGRA DO CARIRI

Este capítulo propõe um levantamento das principais ações do Grupo de Valorização Negra do Cariri, o GRUNEC, a fim de demonstrar suas formas de atuação e principais atividades. Posteriormente, relaciono as ações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a fim de demonstrar o diálogo e a aderência das ações com a Agenda 2030.

As informações para elaboração deste capítulo baseiam-se na pesquisa em documentos institucionais e em anotações pessoais realizadas durante eventos dos quais pude participar, a saber: reunião de elaboração do planejamento estratégico de 2021 - ocorrida nos dias 12 e 13 de março de 2021, reuniões ordinárias do GRUNEC realizadas nos dias 15 de janeiro e 22 de março de 2023 e reunião do planejamento estratégico de 2024, realizada em 04 de fevereiro de 2024. Em ambas as reuniões de planejamento mencionadas, o grupo fez a partilha da história da organização a fim de repensar o caminhar e também acolher aquelas e aqueles recém chegados.

6.1. GRUNEC - Fundação, temas prioritários e formas de atuação.

Entre 31 de agosto e 8 de setembro de 2001, foi realizada na África do Sul, a Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas

Correlatas de Intolerância promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), popularmente conhecida como Conferência de Durban. As notícias da conferência, com protagonismo da delegação brasileira, instigaram um grupo de amigos que já se reunia semanalmente com o objetivo de discutir questões raciais tão invisibilizadas na sociedade Caririense.

A Conferência de Durban reforça a relevância do Grupo de Valorização Negra do Cariri - GRUNEC, composto por oito membros diretos, como consta em ata de fundação, que tem sua Constituição Jurídica formalizada em 21 de abril do mesmo ano. Inicialmente, o Grupo se junta com o objetivo de discutir a situação do povo negro na região do Cariri cearense e a influência da cultura negra nas manifestações culturais locais, aprofundar estudos sobre os protagonismos negros na região do Cariri, suas histórias de luta e suas participações ativas no processo de formação histórica da região. Evidenciar os protagonismos se fazia urgente diante de um contexto de negação e apagamento da existência de pessoas negras no Cariri. Tais estudos internos visavam também realizar um levantamento das presenças negras no sentido de mapear suas comunidades, territórios e principais demandas.

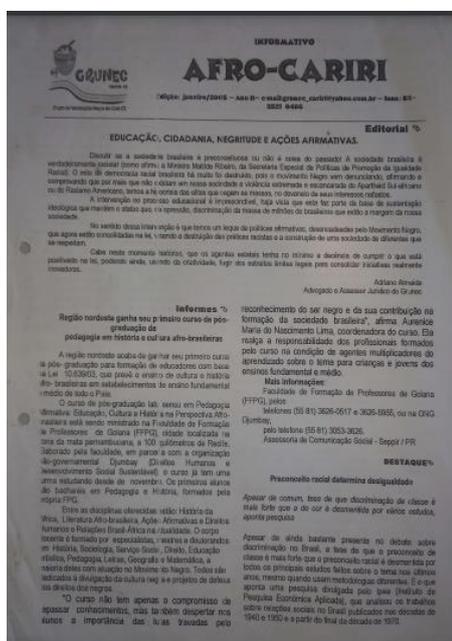
Esses primeiros estudos apontam para a importância do entendimento dessas identidades para a conscientização das estratégias de luta antirracista. A partir dessa base de formação interna, os integrantes do GRUNEC iniciam, ainda em 2001, visitas às Secretarias Municipais de Educação, pauta prioritária do grupo, a fim de se apresentarem como organização da sociedade civil interessada em ampliar e efetivar ações de combate ao racismo no ambiente escolar. Em novembro, durante a semana da Consciência Negra, o grupo realizou um seminário sobre desigualdades e combate ao racismo na Universidade Regional do Cariri (URCA), com a participação do juiz Francisco José Mazza Siqueira, Pe. Francisco Roserlândio de Sousa e a professora Nélia Mendes. Este evento foi relevante para projetar o jovem coletivo no meio acadêmico, que viria a se tornar um espaço fundamental de diálogo e intervenção do GRUNEC.

O primeiro caso de racismo registrado no Cariri, contou com importante participação do grupo no acompanhamento da vítima. O criminoso, um vereador da cidade do Crato, foi condenado a publicar um pedido de desculpas à vítima, o que ocorreu em um jornal de circulação regional, no dia 05 de setembro de 2002. Embora, segundo o grupo, o agressor tenha sofrido punição muito branda, esta ação inédita deu visibilidade ao Grupo junto à população

negra caririense, que passou a ter no GRUNEC um suporte na luta contra o racismo e em prol de uma sociedade justa e igualitária (GRUNEC, 2021).

Esse primeiro momento de visibilidade do Grupo, ainda em 2002, se desdobra no lançamento do jornal Afro Cariri¹¹ e em visitas às Secretarias Municipais de Educação dos municípios do Cariri Cearense para se apresentar enquanto grupo que pauta a promoção da população negra. Visitam também a Associação Cristã de Base (ACB) e o Fórum Araripense de Prevenção e Combate à Desertificação, e a Fundação Padre Ibiapina, organização que dava assessoria aos movimentos de trabalhadores rurais. O então Bispo do Crato, D. Vicente, dissolve o núcleo de assistência, de onde nasce a Associação Cristã de Base (ACB) - que passa a ser a associação de assistência às comunidades negras rurais que, até então, não tinham a discussão sobre identidade quilombola. Quem traz essa discussão e começa a mobilizar essa agenda é o GRUNEC.

Figura 6 - Edição de janeiro de 2005 do jornal “Afro Cariri”



¹¹ Primeiro jornal de circulação local sobre a temática negra na região.

Em 2003, junto à Articulação do Semiárido¹² (ASA) e o Fórum Araripense de Prevenção e Combate à Desertificação - uma sucursal da ASA no Cariri, que articula mais de 30 municípios e, diferente dos demais fóruns locais da ASA, têm a participação do poder público, representado pelo IBAMA, em um primeiro momento e, posteriormente, também pelo ICMBio. As reuniões do Fórum se configuravam como um espaço de concertação, no qual era possível dialogar com o poder público e incidir em políticas públicas de convivência com o semiárido no Cariri Cearense, especialmente o acesso a água para consumo humano e produção e a implementação do Programa Luz para Todos na comunidade de Arrudas. Esses exemplos caracterizam duas formas de atuação muito presentes no grupo até hoje: a articulação e a incidência em políticas públicas.

No ano de 2005 o GRUNEC realiza, em parceria com a Secretaria do Trabalho e Ação Social, o Seminário Crato Promovendo a Igualdade Racial, com a participação do secretário estadual, Dr. Roberto Matoso. Lideranças do GRUNEC levaram o secretário para conhecer algumas comunidades, entre elas o Alto da Penha - bairro periférico do Crato, de maioria negra. A visita teve como objetivo apresentar as demandas locais e demonstrar como as políticas vinham sendo desenvolvidas, porém sem promoção da igualdade racial, deixando de atingir um grande contingente da população.

Durante o seminário, que contou com a participação de mais de 100 pessoas, foi divulgado pela Secretaria Estadual do Trabalho o programa Portas Abertas, atendendo a demanda pautada pelo GRUNEC sobre a implementação de reserva de vagas de trabalho a trabalhadores e trabalhadoras negras pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE).

Dentro do evento Artefatos da Cultura Negra¹³, ao participar de uma mesa do evento, o GRUNEC, da plateia, fez uma denúncia dos casos de racismo nas escolas locais e do

¹² A ASA é uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido. É uma rede porque é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG's, Oscip, etc. Essa rede conecta pessoas organizadas em entidades que atuam em todo o Semiárido defendendo os direitos dos povos e comunidades da região. As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes nos 10 estados que compõem o Semiárido Brasileiro (MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA). (Seção “Quem Somos”, do site da ASA. Disponível em <https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia> Acesso em 02 de abril de 2024.

¹³ O site de divulgação da edição de 2022 do evento assim o define: “Artefatos da Cultura Negra é um congresso de caráter internacional e multidisciplinar que busca criar um território de conhecimentos e de promoção de uma

descumprimento da Lei 10639, que posteriormente foi protocolada no Ministério Público Federal. O órgão acolhe essa denúncia e convoca as Secretarias e Conselhos de educação do Cariri para prestar contas da implementação da Lei em 42 municípios sob a jurisdição de Juazeiro do Norte.

O Grupo também intensificou a articulação com instituições de ensino superior (Universidade Regional do Cariri, Instituto Federal do Ceará - Campus Juazeiro do Norte e Universidade Federal do Cariri), para realizar eventos formativos a partir de 2007.

Os encontros quinzenais eram uma oportunidade de formação uma vez que contemplavam, além das discussões sobre as pautas de combate ao racismo e as desigualdades, a discussão de um texto. Todos os processos de participação política também eram formativos. Nesse sentido, destacam-se o Artefatos da Cultura Negra, evento de cunho mais acadêmico que tem como principal objetivo a formação de professores e ocorre desde 2009 e o Iniciativas Negras, coordenado pela Professora Joselina Silva, então docente da Universidade Regional do Cariri. A formação ocorreu nos anos de 2007, 2009 e 2011. A mesma professora também realizou uma formação específica para o GRUNEC, com carga horária de 80 horas. Essa última formação foi essencial para o mapeamento das comunidades negras rurais e quilombolas do Cariri cearense.

Figura 7 - Reprodução de card de divulgação da mesa sobre o GRUNEC no Artefatos da Cultura Negra



educação antirracista entre universidades, ativistas dos movimentos sociais, escolas de educação básica e comunidades tradicionais”. O GRUNEC é parte da organização do evento. Disponível em <http://siseventos.urca.br/site/xiiiartefatosculturanegra> Acesso em 29 de março de 2024.

Em 2009 a 2011, o GRUNEC estabelece parceria com a Cáritas Diocesana de Crato¹⁴, Rede de Educação Cidadã - RECID e núcleos de estudos da Universidade Regional do Cariri-URCA, Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em vários municípios da região do Cariri objetivando executar o projeto do Mapeamento das comunidades negras e/ou quilombolas do Cariri Cearense. O resultado deste trabalho consolidou a presença negra no mapa geopolítico do Ceará com o mapeamento de 26 comunidades pesquisadas em 13 municípios.

Pela primeira vez, entre 2010 e 2011, ocupam assento em um espaço de controle social de políticas públicas, o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial. Ao longo do tempo também participam, enquanto entidade da sociedade civil do Conselho Municipal de Educação (2012 a 2020), Conselho Municipal de Saúde (2014 a 2020), Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Cratense - que após 15 anos de existência, tem a presidência ocupada pela primeira vez por uma mulher negra, por dois mandatos consecutivos e Conselho Estadual de Direitos Humanos (2021 e 2022). Mais recentemente, participou da criação, em 2022, no Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR, ocupando a presidência deste Conselho, tendo como representante uma mulher negra do GRUNEC, para o biênio 05/2022 a 05/2024.

Nos anos de 2014 e 2015, período em que já articula o desmonte do governo da primeira presidenta eleita Dilma Rousseff, o GRUNEC prioriza um trabalho com as mulheres negras, para tanto, se articula com as organizações sociais regionais, estaduais e nacionais para uma incidência na Marcha Nacional de Mulheres Negras em Brasília-DF. Foram mobilizadas mulheres negras de todo o Cariri cearense, de vários segmentos: domésticas, quilombolas, de terreiro de matriz africana, servidoras públicas, agricultoras, periféricas, professoras, donas de casa, estudantes e do movimento negro. A Marcha regional de Mulheres Negras realizada em março de 2015 reuniu cerca de 2500 mulheres negras na cidade de Crato-Ceará, como preparação para a marcha nacional. Importante mencionar que foram as mulheres negras as mais afetadas pelo desmonte político desde o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff.

A mobilização das mulheres negras no Brasil continua até hoje, no Cariri Cearense não

¹⁴ A Cáritas Diocesana de Crato-CDC é uma Entidade membro da Cáritas Brasileira, fundada em 1996, com o objetivo de acompanhar as comunidades do Cariri.

poderia ser diferente. Desta forma o GRUNEC promove as marchas em 2017, 2019, 2021 e 2023, mobilizando ativistas, organizações, governo local e a população geral para denunciar o feminicídio, as demais violências contra a mulher resultantes do machismo, as desigualdades de forma geral, e apontando o bem viver, na perspectiva latino-americana de Albert Acosta (2018), como alternativa ao desenvolvimentismo.

Figura 8 - Foto da Marcha das Mulheres Negras do Cariri (2017)



Foto: Acervo GRUNEC

Figura 9- Foto da Marcha das Mulheres Negras do Cariri (2019)



Foto: Carlos Dias. Acervo GRUNEC

Figura 10- Foto da Marcha das Mulheres Negras do Cariri (2023)



Foto: Carlos Dias. Acervo GRUNEC

A partir de debates locais sobre educação e interações com a Professora Ana Paula Oliveira que, atuava na escola Maria Virgem, da comunidade quilombola em Carcará, o GRUNEC realiza junto com a Cáritas Diocesana, Associação Cristã de Base, Universidade Federal do Ceará e Universidade Regional do Cariri, o I Encontro de Educação Escolar Quilombola da Região Sul do Ceará, nos dias 01 e 02 de julho de 2017. Como resultado desse momento, constroem a minuta de uma política pública sobre educação quilombola com professores locais, comunidade, pesquisadores e professores universitários. A minuta foi entregue para o governo municipal de Potengi. A mesma iniciativa foi replicada nos municípios de Salitre e Arrudas, que ficou parada pela pandemia de COVID-19.

Figura 11- Mobilização para o Encontro, nas comunidades quilombolas



No período da pandemia do COVID 19, o GRUNEC protagonizou ações de primeira resposta à pandemia em áreas periféricas, com foco na juventude negra, povos de terreiros, mulheres vítimas de violência, imigrantes, catadores de materiais recicláveis, comunidades rurais e quilombolas, entre março de 2020 a dezembro de 2022. Durante esse período realizou a distribuição de 100 toneladas de alimentos não perecíveis, organizados em 1.500 cestas básicas, beneficiando em torno de 6.000 pessoas. Para tal, acessaram recursos da Fundação Tide Setubal, Fundação Banco do Brasil, Coalizão Negra por Direitos, Frente de Mulheres do Cariri e doações espontâneas da sociedade civil.

Além de recursos financeiros, também receberam doações de roupas e materiais de higiene. A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado, enviou máscaras e material informativo. Também realizaram ações voltadas à orientação sobre o cadastro para vacinas, cuidados com a transmissão e prevenção do vírus, bem como a distribuição de kits de higiene pessoal e proteção (máscaras, álcool gel). (GRUNEC, 2021).



Foto: Nívia Uchôa. Arquivo GRUNEC

O trabalho realizado pelo GRUNEC durante a pandemia, impulsiona a criação do seu primeiro núcleo, o Terreiro das Pretas, em 2020, objetivando colaborar com as ações articuladas pelo coletivo em áreas rurais impactadas pelo decreto de isolamento social. Dessa forma, o Terreiro das Pretas se consolida como um núcleo permanente do GRUNEC, vindo a ser contemplado como ponto de cultura municipal em fevereiro de 2022, e um ano depois do próprio GRUNEC recebe o reconhecimento como ponto de cultura estadual, através da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará.

Figura 12 - Reprodução de card e foto do instagram do Terreiro das Pretas



No que diz respeito às formas de atuação do GRUNEC, destaco a formação, mobilização e articulação e a incidência política. Essa última pode ser traduzida como a inserção da questão racial em diversas arenas de concertação política como redes e fóruns e espaços de participação e controle social como os Conselhos Estaduais e Municipais. O GRUNEC utiliza a questão racial para compreender e analisar os temas nos quais incide, a saber:

“Educação, principalmente no que diz respeito à implementação das leis 10.639 e 11.645, assim como a lei de cotas raciais; Saúde, com foco na população negra; Combate ao racismo; Mulheres negras; Respeito à diversidade (religiosa, sexual, geracional, etc.); Cursos profissionalizantes para populações periféricas em parceria com o SENAC e IFCE JUAZEIRO; Promoção da arte e cultura afro-brasileira; Articulação em rede: Parceira com Cáritas, Frente de Mulheres do Cariri, Rede de Mulheres Negras do Ceará, grupos de estudos universitários (NEGRER, NEABI’S, GEPAFRO, etc.), Sindicatos, associações comunitárias e outras instituições. (GRUNEC, 2024)

Deste modo, amplia “a politização da raça e da identidade negra para lugares nos quais elas antes não eram consideradas ou eram invisibilizadas”, constituindo assim um saber identitário (Gomes, 2017, p. 71).

É importante destacar que o grupo utiliza a litigância como estratégia, assim como vimos na denúncia do caso de racismo em 2002, na denúncia feita ao Ministério Público Federal quanto à implementação da lei 10.639 e, mais recentemente em atenção às cotas no concurso para docentes da URCA, caso que não será alvo deste estudo, mas é detalhadamente analisado por Lívia Nascimento em seu livro (SILVA, 2023) e recente artigo com a professora Cicera Nunes.

As articulações e mobilizações podem ser observadas desde os primeiros anos de atuação do grupo, passando pela atuação nos fóruns como o Fórum Araripense de Prevenção e Combate à Desertificação, a mobilização para as Marchas das Mulheres - local e nacional, bem como nas ações durante a pandemia de COVID 19.

Paralelamente às articulações, o GRUNEC destaca-se no trabalho de formação interna e externa, com destaque para a educação popular junto às comunidades negras, quilombolas e periféricas, assim como nas escolas públicas e Instituições de Ensino Superior no Cariri cearense.

Merece particular destaque uma tecnologia ancestral desenvolvida pelo grupo, a Miolagem. Miolagem, vem de “miolar”, que, por sua vez, faz referência a expressão popular

“miolo de pote”, cujo significado é assunto sem importância. No entanto, o avô de Verônica e Valéria Carvalho¹⁵, Sr. Fernando José das Neves, as dizia que dentro do pote havia água e ar, elementos sem os quais a vida não é possível. Portanto, “miolar” é falar sobre a “o fundamento e a essência da vida” (Silva et al., 2023).

O grupo “procura sempre atuar a partir da construção coletiva e da compreensão de que todo pensamento se articula pela partilha de experiências e pelo diálogo de saberes. Por isso, um dos fundamentos do GRUNEC é a roda de conversa” (Silva et al., 2023, p. 164). São nessas rodas que são partilhadas as histórias das comunidades, suas lutas e resistências, seus saberes e suas tecnologias. Também é lá que são mapeadas as demandas locais e ações são pensadas, coletivamente, para endereçar as questões. São espaços de conhecimento-emancipação, saberes elaborados a partir das vivências, do estar no mundo (Gomes, 2017).

As ações do grupo dialogam com o conceito de movimento negro educador ao passo que o GRUNEC compartilha saberes forjados na luta pelos direitos da população negra em uma sociedade estruturada pelo racismo, que reproduz desigualdades invisibilizadas pelo mito da democracia racial, ainda vigente no imaginário social. Ao expor essas desigualdades e demandar direitos, o movimento negro de forma geral, e o GRUNEC em particular, educam o Estado, as instituições e a sociedade em geral. Educação essa que é condição basilar para o desenvolvimento sustentável.

Figura 13 – Verônica Carvalho em Miolagem durante a celebração de 22 anos do GRUNEC (2023)



Foto: Acervo GRUNEC

¹⁵ Valéria e Verônica Carvalho são fundadoras do GRUNEC e referências no movimento negro cariense.

Figura 14 - Valéria Carvalho em Miolagem durante a celebração de 22 anos do GRUNEC (2023)

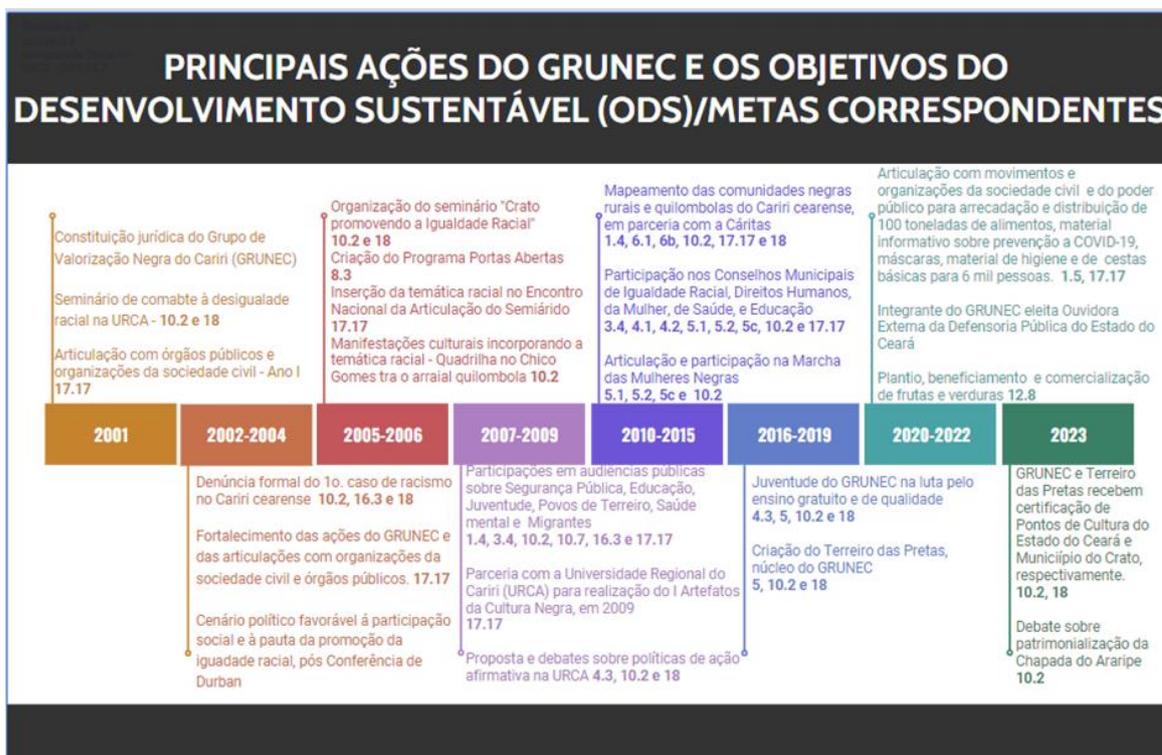


Foto: Arquivo GRUNEC

6.2 Linha do tempo das ações do GRUNEC e a relação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e suas metas.

A convergência entre as ações do GRUNEC e os ODS pode ser percebida pelo histórico apresentado. Dos 18 ODS existentes, as atividades empreendidas pelo grupo dialogam com 13. É certo que essa organização não será capaz de “garantir”, “erradicar”, “reduzir taxas” ou “assegurar acesso”. Tampouco é o seu papel. No entanto, sem os saberes e práticas do movimento negro que constantemente tenciona o Estado sobre as desigualdades raciais, demandando políticas públicas - muitas vezes com recorte racial, para incidir nas condições de moradia, acesso à saúde, educação, lazer e trabalho, melhorando a qualidade de vida da população negra, estaríamos deixando muitos mais para trás, o contrário do que preconiza a Agenda 2030. O movimento negro ensina, portanto, que não há desenvolvimento sustentável sem equidade racial.

Figura 15- Linha do tempo das ações do GRUNEC e a relação com os ODS



Fonte: Elaboração própria

Atividades do GRUNEC às luzes dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS 1 - Erradicação da Pobreza - Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares

1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças

1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais

- Participações em audiências públicas sobre Segurança Pública, Educação, Juventude, Povos de Terreiro, Saúde mental e migrantes

- Mapeamento das comunidades negras rurais e quilombolas do Cariri cearense, em parceria com a Cáritas Diocesana
- Articulação com movimentos e organizações da sociedade civil e do poder público para arrecadação e distribuição de 100 toneladas de alimentos, material informativo sobre prevenção a COVID-19, máscaras, material de higiene e de cestas básicas para 6 mil pessoas.

ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável - Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável

2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano

- Articulação com movimentos e organizações da sociedade civil e do poder público para arrecadação e distribuição de 100 toneladas de alimentos, material informativo sobre prevenção a COVID-19, máscaras, material de higiene e de cestas básicas para 6 mil pessoas.

ODS 3 - Saúde e Bem-Estar - Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos

3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos

3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar

3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais

3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos

- Participações em audiências públicas sobre Segurança Pública, Educação, Juventude, Povos de Terreiro, Saúde mental e Migrantes
- Participação nos Conselhos Municipais de Igualdade Racial, Direitos Humanos, da Mulher, de Saúde, e Educação

ODS 4 - Educação de qualidade – Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes

4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade

- Proposta e debates sobre políticas de ação afirmativa na URCA
- Participação nos Conselhos Municipais de Igualdade Racial, Direitos Humanos, da Mulher, de Saúde, e Educação
- Juventude do GRUNEC na luta pelo ensino gratuito e de qualidade

ODS 5 - Igualdade de gênero - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte

5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos

5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

- Participação nos Conselhos Municipais de Igualdade Racial, Direitos Humanos, da Mulher, de Saúde, e Educação
- Articulação e participação nas Marchas das Mulheres Negras (nacional e local)
- Juventude do GRUNEC na luta pelo ensino gratuito e de qualidade
- Criação do Terreiro das Pretas, núcleo do GRUNEC
- Integrante do GRUNEC eleita Ouvidora Externa da Defensoria Pública do Estado do Ceará

ODS 6 - Água Potável e Saneamento - Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos

6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos

6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade

6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento

- Mapeamento das comunidades negras rurais e quilombolas do Cariri cearense, em parceria com a Cáritas Diocesana

ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico - Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos

8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros

- Criação do Programa Portas Abertas atendendo a demanda pautada pelo GRUNEC sobre a implementação de uma política de cotas, onde o Sistema Nacional de Emprego (SINE) deveria destinar nas vagas de trabalho um percentual de trabalhadores e trabalhadoras negras.

ODS 10 - Redução das Desigualdades - Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países

10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra

10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito

10.7 Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas

- Seminário de combate à desigualdade racial na URCA
- Organização do seminário "Crato promovendo a Igualdade Racial"
- Manifestações culturais incorporando a temática racial, a exemplo da Quadrilha no Chico Gomes quando apresentou o tema “o arraial quilombola”
- Participações em audiências públicas sobre Segurança Pública, Educação, Juventude, Povos de Terreiro, Saúde mental e Migrantes
- Proposta e debates sobre políticas de ação afirmativa na URCA
- Mapeamento das comunidades negras rurais e quilombolas do Cariri cearense, em parceria com a Cáritas Diocesana
- Participação nos Conselhos Municipais de Igualdade Racial, Direitos Humanos, da Mulher, de Saúde, e Educação
- Articulação e participação nas Marchas das Mulheres Negras (nacional e local) Juventude do GRUNEC na luta pelo ensino gratuito e de qualidade Criação do Terreiro das Pretas, núcleo do GRUNEC

- Integrante do GRUNEC eleita Ouvidora Externa da Defensoria Pública do Estado do Ceará
GRUNEC e Terreiro das Pretas recebem certificação de Pontos de Cultura do Estado do Ceará e Município do Crato, respectivamente.
- Debate sobre patrimonialização da Chapada do Araripe

ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis - Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis

11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo

11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência

- Debate sobre patrimonialização da Chapada do Araripe
- Participação nos Conselhos Municipais de Igualdade Racial, Direitos Humanos, da Mulher, de Saúde, e Educação

ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis - Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis

12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza

- Plantio, beneficiamento e comercialização de frutas e verduras

ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis

16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos

- Denúncia formal do 1º caso de racismo no Cariri cearense
- Participações em audiências públicas sobre Segurança Pública, Educação, Juventude, Povos de Terreiro, Saúde mental e migrantes

ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação - Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias

- Fortalecimento das ações do GRUNEC e das articulações com organizações da sociedade civil e órgãos públicos
- Parceria com a Universidade Regional do Cariri (URCA) para realização do I Artefatos da Cultura Negra
- Mapeamento das comunidades negras rurais e quilombolas do Cariri cearense, em parceria com a Cáritas Diocesana
- Participação nos Conselhos Municipais de Igualdade Racial, Direitos Humanos, da Mulher, de Saúde, e Educação
- Integrante do GRUNEC eleita Ouvidora Externa da Defensoria Pública do Estado do Ceará
- Articulação com órgãos públicos e organizações da sociedade civil
- Articulação com movimentos e organizações da sociedade civil e do poder público para arrecadação e distribuição de 100 toneladas de alimentos, material informativo sobre prevenção a COVID-19, máscaras, material de higiene e de cestas básicas para 6 mil pessoas.

ODS 18 – Igualdade racial

O ODS 18 foi anunciado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante seu discurso na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em setembro de 2023. O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável que versa sobre a promoção da igualdade racial terá suas metas elaboradas e será implementado voluntariamente pelo Brasil.

Sem dúvida, a razão de ser do GRUNEC está alinhado a esse ODS, desde a ‘promoção da autoafirmação da identidade negra na região do Cariri cearense’, passando pelo combate às desigualdades raciais até a promoção da tão almejada igualdade racial.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como ponto de partida analisar a relação entre os saberes emancipatórios do movimento negro como instrumento para o desenvolvimento regional sustentável no Cariri cearense, a partir do GRUNEC. Tal relação, atravessada pelas hegemônicas epistemologias da Colonialidade criadas pelo Ocidente, geram apagamentos e epistemicídios, ocasionando perdas de potencialidades para a construção de um desenvolvimento mais amplo, plural e inclusivo. É importante salientar que as epistemologias e metodologias do Ocidente se baseiam em uma lógica cartesiana, eurocentrada, racializada, localizada, generificada e pretensamente neutra.

Os conceitos de desenvolvimento sustentável, saberes emancipatórios e decolonialidade, permitem uma análise ampla e atual da sociedade brasileira, ao levar em conta o processo histórico que fomentou a estrutura que reproduz desigualdades baseadas, principalmente, mas não só, nas questões de raça e gênero, que se apresentam como desafios centrais ao desenvolvimento sustentável.

Ademais, povos racializados produzem, a partir da sua relação com a natureza, outras perspectivas de desenvolvimento, muito mais harmônicas e, portanto, sustentáveis, do que as produzidas pelo Ocidente. Há uma distinção entre cosmovisão e cosmopercepção. Isso se dá pela relação simbiótica com a natureza, que não é entendida como um recurso, mas como uma pessoa, um ancestral dotado de forças coexistentes.

Esses pensamentos encontram uma dificuldade de entendimento nas sociedades ocidentais que entendem a preservação ambiental como um entrave ao progresso. No entanto, devemos pensar se o “progresso” que nos trouxe até aqui elevando as temperaturas médias do planeta, causando desastres “naturais” que atingem desigualmente as pessoas, são soluções plausíveis para os profundos problemas que assolam as populações no século XXI.

Nesse contexto, advém do primeiro capítulo a consideração de que a abolição não

alterou a estrutura da sociedade brasileira, transformando os senhores de escravos em produtores, mantendo as hierarquias. Desta forma, não podemos negar que o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre. Contudo, as estratégias de dominação antecipadamente estabelecidas fizeram com que o antigo escravo não entrasse sequer como força secundária na dinâmica desse processo, ficando sem função expressiva. Nesta perspectiva, o Brasil arcaico manteve os seus instrumentos de dominação, prestígio e exploração e o moderno foi absorvido pelas forças dinâmicas do imperialismo que também antecederam à Abolição na sua estratégia de dominação.

Por sua vez, a discussão sobre os ODM e ODS, como parte da agenda 2030, mostra que é necessário a participação de diversas partes interessadas como governos, universidades e centros de pesquisa, organizações da sociedade civil, organizações multilaterais, entre outros. Nesse sentido, o processo de localização dos ODS, ou seja, a adaptação da agenda global para a realidade local é de extrema importância, uma vez que os mesmos surgem como a possibilidade de integração do conceito de desenvolvimento sustentável, pois, como continuação dos ODM, os ODS têm centralidade em questões basilares como: fome, pobreza, educação, saúde, igualdade, cooperação internacional e desenvolvimento humano.

Nesse aspecto, o conceito de movimento negro educador e a produção de indicadores estatísticos são o pano de fundo para se pensar a importância da atuação do GRUNEC em sentido similar à agenda e seus objetivos qual seja o fortalecimento das populações em condição de vulnerabilidade não somente social, mas, sobretudo, advindas das desigualdades raciais e seus condicionantes.

Essas disparidades são parte de uma questão mais ampla. São resultados de processos socioeconômicos injustos que impossibilitam o acesso igualitário a oportunidades de trabalho e de educação, bem como influenciam nas condições de domicílios, na presença de determinados tipos de doenças e nas estatísticas sobre as mortes na população negra brasileira.

Estamos falando aqui de um racismo sistêmico na medida em que afeta todos os campos da vida social da população negra. Nesse sentido, dados são importantes para aprofundar os estudos e mapear as disparidades que atingem a população. Os indicadores de saúde, por exemplo, quando cruzados com as características socioeconômicas, revelam a importante relação entre saúde e seus determinantes sociais. A compreensão dessa relação é fundamental para pensar a elaboração e implementação de políticas e programas voltados para o combate às

desigualdades.

Desse modo, a atuação do GRUNEC amplamente apresentada no último capítulo dialoga com o recém criado ODS 18, ao tempo em que representa um caminho de tessitura econômica, social e política para superação do racismo estrutural, uma vez que, como apontamos ao longo dessa pesquisa: o racismo decorre da própria estrutura da sociedade. Estamos falando aqui de um racismo sistêmico na medida em que afeta todos os campos da vida social da população negra. É parte intrínseca das relações econômicas, políticas, familiares e jurídicas. É regra e não uma exceção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21 GLOBAL. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), Agenda 21** (global). Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>
Acesso em: 08 de março de 2024

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016

ALMEIDA, Silvio L. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2020.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. SP, Cia das Letras, 2022.

BENTO, M. A. S. (Org.); CARONE, I. (Org.). **Psicologia Social do Racismo**. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2002.

BEZERRA, Maria Raiane F. **Narrativas Das Mulheres Negras Do Grupo De Valorização Negra Do Cariri (Grunc) No Partido Dos Trabalhadores: O Que Elas Dizem?** Monografia. Universidade Regional do Cariri - URCA, 2020.

BRASIL. 20 de Novembro de 1995. Institui Grupo de Trabalho Interministerial, com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da População Negra, e dá outras providências. Brasília, DF. 20 de novembro de 1995.

BRASIL. Lei Nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003

BRASIL. Lei Nº 12.288 de 20 de Julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2010

BRASIL. Lei Nº 12.711 de 29 de Agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012

BRASIL. ODM Brasil. Disponível em <http://www.odmbrasil.gov.br/> Acesso em 22 de fevereiro de 2024.

BUENO, S.; MARTINS, J.; PIMENTEL, A.; LAGRECA, A.; BARROS, B. e LIMA, R. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**, 3ª ed., 2021

Carta das Mulheres Negras 2015 - Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo bem viver como nova Utopia. Brasília, 2015. Disponível em [Carta das Mulheres Negras 2015](#) Acesso em 29 de julho de 2022.

CAJIGAS-ROTUNDO, Juan Camilo. *La biocolonialidad del poder: Amazonía, biodiversidad y ecocapitalismo*. In: El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global / com- piladores Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel. – Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CARVANO, Luiz M., PAIXÃO, Marcelo (org). **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2007-2008**. Rio de Janeiro: Garamound, 2008.

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023>

COSTA, Jurandir Freire. **Da cor ao corpo: a violência do racismo**. In: SANTOS, Neuza Souza. Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da Identidade do Negro em Ascensão Social. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, v. 12, p. 100-122, 2007.

EISENHARDT, Kathleen M. **Building Theories From Case Study Research**. The Academy of Management Review. Outubro, 1989, Vol. 14, No. 4, p. 532-550.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. São Paulo, Ubu Editora, 2020.

FIGUEIREDO, Otto V. A. Ações afirmativas no Brasil: uma discussão política. SEMOC - Semana de Mobilização Científica. Universidade Católica do Salvador. Outubro, 2007.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP. **A VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS NEGRAS NO BRASIL 2021**. Infográfico
Disponível em: [A VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS NEGRAS NO BRASIL 2021](#)
Acesso em 25 de julho de 2022

Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022**. Disponível em [Anuário Brasileiro](#) Acesso em 25 de Julho de 2022

GEHRE, Thiago e REMÍGIO, Ana V. **A Série histórica do Relatório Luz e o Balanço da Agenda 2030 no Brasil**. Revista Mundorama, Agosto de 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GROSFUGUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI.** Revista Sociedade e Estado – Janeiro/Abril 2016, Volume 31 Número 1 p. 51-73.

GRUNEC. Estatuto. Crato – CE, 2010.

GRUNEC. **Cartilha Caminhos: Mapeamento das Comunidades Negras e Quilombolas do Cariri Cearense.** Crato – CE, 2011.

GRUNEC. **Sistematização da Experiências: reflexões, aprendizados e desafios na construção da política de educação escolar quilombola no município de Potengi (CE).** Crato – CE, 2018.

GRUNEC. **Planejamento Estratégico.** Crato – CE, 2021.

GRUNEC. **Portfólio.** Crato – CE, 2024

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD.** Rio de Janeiro, 2019

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes] de dados e aplicações.** 2. ed. Campinas: Alínea, 2001.

JANNUZZI, P. M. **Painel 3-A Importância da Integração das Estatísticas Oficiais.** 2014.

JANNUZZI, P. M. **Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas.** Campinas: Alínea, 2016.

JANNUZZI, P. M. et al. **A importância da informação estatística para as políticas sociais no Brasil: breve reflexão sobre a experiência do passado para considerar no presente R.** Bras. Est. Pop. 2018; Belo Horizonte, 35 (1): e0055.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro, Cobogó, 2019.

LEAL, Maria do Carmo, GAMA, Silvana Granado Nogueira da e CUNHA, Cynthia Braga da. **Desigualdades raciais, sociodemográficas e na assistência ao pré-natal e ao parto, 1999-2001.** Rev. Saúde Pública, Jan 2005, vol.39, no.1, p.100-107.

Leal MC, Gama SGN, Pereira APE, Pacheco VE, Carmo CN, Santos RV. **A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil.** Caderno de Saúde Pública, v. 33, p. e00078816, 2017;

MARCHA ZUMBI DOS PALMARES CONTRA O RACISMO PELA CIDADANIA E A VIDA. **Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial.** Brasília: Cultura Gráfica e Editora, 1996.

MOREIRA, Adilson. **O que é racismo recreativo?** Belo Horizonte: Letramento, 2018

Movimento Nacional ODS Sergipe. **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em [Agenda 2030 – Movimento Nacional ODS Sergipe \(movimentoods.org.br\)](http://Agenda2030-MovimentoNacionalODS Sergipe(movimentoods.org.br))
Acesso em 03/04/2024.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial.** pp. 147 a 156. São Paulo: Edusp, 1996.

MUNANGA, Kabengele **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Petrópolis, Vozes, 1999.

NETO, Nicolau. **Grunc 20 anos e a luta negra por direitos e pelo bem viver.** Blog Negro Nicolau. Crato. 21/04/2020. Acesso em 12/03/2024. Disponível em:
<https://www.blognegronicolau.com.br/2020/04/grunc-20-anos-e-luta-negra-por.html?m=0>

NOGUEIRA, O. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil.** Tempo Social, v. 19, n. 1, p. 287–308, jun. 2007.

ODM Brasil. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/> Acesso em 12/03/2024.

OLIVEIRA, J. S. **Brasil mostra a tua cara: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000.** Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003.

OLIVEIRA, L. A. P.; SIMÕES, C. C. S. **O IBGE e as pesquisas populacionais.** Revista Brasileira de Estudos da População, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 291-302, jul./dez. 2005.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **Geopolítica ambiental: a construção ideológica do desenvolvimento sustentável (1945-1992),** Editora Autografia Edição e Comunicação Ltda. Rio de Janeiro, 2019

ONU - Organização das Nações Unidas. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** Disponível em:
<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> Acesso em 03/04/2024

OSÓRIO, R. G. **O Sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2003. (Texto para Discussão, 996).

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Desenvolvimento Humano para Além das Médias: 2017.** – Brasília: PNUD: IPEA: FJP, 2017.

PENA, S. D. J.; BIRCHAL, T. S. **A inexistência biológica versus a existência social de raças humanas: pode a ciência instruir o etos social?** Revista USP, n.68, p. 10-21, São Paulo, dezembro/fevereiro 2005-2006

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp. 227-278.

UNICEF, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília (DF): Escritório da Representação do UNICEF no Brasil; 2021.

ROSA FILHO, Duarte; SANTANNA, S. R.; OLIVEIRA, Marilene. **ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DAS INFORMAÇÕES**. Ano 15, 2021.

ROMA, Júlio César. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável**. Cienc. Cult. [online]. 2019, vol.71, n.1, pp.33-39. ISSN 2317-6660. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100011>.

SANTOS, Ynaê Lopes. **Racismo brasileiro**. Uma história da formação do país. São Paulo, Editora Todavia, 2022.

SALES, T., & BAENINGER, R. (2000). **Migrações internas e internacionais no Brasil: Panorama deste século**. *TRAVESSIA - Revista Do Migrante*, (36), 33–44.

SERRANO, M.de Toledo e LUCHIARI, Maria Tereza D.P. **Desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e suas críticas**. Arlete Moyses Rodrigues (organizadora). Textos didáticos. Meio Ambiente Ecos da Eco. Campinas, SP - nº 8 IFCH/UNICAMP, março, 1993

SILVA, Livia M.N. **Justiça social afrodiáspórica**. Pensando alternativas à lógica desenvolvimentista a partir da atuação do Grupo de Valorização Negra do Cariri. Rio de Janeiro: CEEJ, 2023

SILVA, Livia Maria Nascimento; NUNES, Cicera. Violação à lei de cotas em concursos públicos para docentes de nível superior: uma análise da atuação do GRUNEC como movimento negro educador das instituições públicas cearenses. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 461–485, 2024. DOI: 10.26512/revistainsurgencia.v10i1.50317. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/50317>. Acesso em: 04 abr. 2024.

SILVA, Vanessa M.S.; FLORENCIO, Thiago e SILVA, Cristina L. **“Miolar” e cuidar de gente: a experiência do Grupo De Valorização Negra Do Cariri**. In: VIANNA, José I.B. e Santos, Joaquim (Orgs.). Ceará de Norte a Sul: culturas e sujeitos na História, volume 2, Curitiba: Editora CRV, 2023, p. 161-173.

SINGER, Paul. **Existe preconceito de cor no Brasil?** pp. 69-81 In: TURRA, Cleusa; SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SCHWARCZ, Lilia M. (1998), **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade.** *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea.* São Paulo: Cia. das Letras, 1998. v. 4. pp.174-243

TOULMIN, S. **Os Usos do Argumento.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TURRA, Cleusa; VENTURINI, Gustavo (Org.); **Racismo Cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil.** São Paulo: Editora Ática, Folha de São Paulo/Datafolha, 1995.

VALÉRIO, Erinaldo D. **Reflexões sobre movimentos sociais e informação: a experiência do Grupo de Valorização Negra do Cariri - GRUNEC.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Ciência da Informação, 2014. Recife, Pernambuco, 2014.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VENTURA, Magda. **O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa.** Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro. Vol.20, no.5, 383-386. Rio de Janeiro, 2007

VENTURINI, Gustavo (Org.); **Racismo Cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil.** São Paulo: Editora Ática, Folha de São Paulo/Datafolha, 1995.
YIN, Robert K. **Case study research, design and methods (applied social research methods).** Thousand Oaks: Sage Publications, 2009.